



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS – CCJP
ESCOLA DE CIÊNCIA POLÍTICA – ECP**

PEDRO RAMONE RANGEL ANDRE

***NUDGE IN RIO: O USO DE INTERVENÇÕES COMPORTAMENTAIS
EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CUMPRIMENTO DA AGENDA
2030 NA CIDADE DO RIO***

Rio de Janeiro

2022

PEDRO RAMONE RANGEL ANDRE

NUDGE IN RIO: O USO DE INTERVENÇÕES COMPORTAMENTAIS EM
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CUMPRIMENTO DA AGENDA 2030 NA
CIDADE DO RIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de monografia II, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciência Política, pelo Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP), na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Coelho Farias de Souza.

Rio de Janeiro

2022

PEDRO RAMONE RANGEL ANDRE

*NUDGE IN RIO: O USO DE INTERVENÇÕES COMPORTAMENTAIS EM
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CUMPRIMENTO DA AGENDA 2030 NA
CIDADE DO RIO*

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciência Política, pelo Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP), na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. André Luiz Coelho Farias de Souza (orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof^ª. Dra. Cristiane Corrêa Batista
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof^ª. Dra. Maria del Carmo Villarreal Villamar
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Rio de Janeiro

2022

*Para meu avô Walter,
que sempre me inspirou a buscar um mundo melhor.*

AGRADECIMENTOS

Primeiro de tudo, quero agradecer à minha mãe, Liliane. Mãe, mesmo sabendo o nível de exigência que eu imponho sobre mim mesmo, você me incentiva a ser sempre melhor, principalmente quando isso significa reconhecer meus limites e descansar.

Agradeço à minha avó Leda, que foi a primeira pessoa a me dizer para ficar feliz por ter passado em Ciência Política, definitivamente foi um dos melhores conselhos que já me deram. À minha irmã Yasmin, por me aturar todo dia em casa. Às minhas tias Daniella e Viviane, duas inspirações de dedicação, trabalho e família, que me apoiam e celebram cada conquista. Aos meus primos Ronaldo e Marina, sempre com um sorriso e um carinho. À minha avó Maria da Graça, que sempre apoiou meus estudos. Ao meu pai Álvaro, por desde muito pequeno ter me incentivado a buscar conhecimento. E à Luna, minha cachorrinha, que por tantas vezes me ajudou a relaxar só com um carinho, um passeio ou simplesmente existindo.

Agradeço aos meus professores da UNIRIO, em especial à professora Luciana Veiga que por muitas vezes dedicou seu concorrido tempo para oferecer uma ajuda ou um conselho e às professoras Cristiane e Maria, que fico muito feliz por aceitarem estar na minha banca.

Mas agradeço principalmente ao meu orientador André Coelho. André, não é só por você ter me convidado para ser seu bolsista, mas sobretudo por ter ouvido sobre um tema alienígena e sua reação ter sido “Vambora!”. Obrigado do fundo do coração por ter embarcado nessa loucura comigo e por ter me dado essa chance, vou ser eternamente grato.

Agradeço aos meus chefes na FGV, Klaus que sempre me deu asas para desenvolver minha criatividade e Michele, que além disso, também me deu inúmeros conselhos sobre a carreira e o TCC.

Agradeço aos meus amigos, os quais posso com toda certeza afirmar que tenho os melhores amigos do mundo, por mais estranhos que vocês sejam (ainda bem!). Deixo um agradecimento especial ao Matheus, que me ajudou a revisar este trabalho de “só” 50 páginas.

Agradeço a Deus por todas as bênçãos e à Nossa Senhora Desatadora dos Nós, de quem sou devoto, e em quem sempre pude contar nos momentos mais difíceis.

Agradeço à minha namorada Morgana, que foi minha verdadeira companheira durante quase toda a faculdade, sempre me dando apoio, carinho, motivação e, sobretudo, muito amor.

Por fim, agradeço ao meu avô Walter, para quem dedico não só este trabalho, mas esta graduação. Vô, você é minha maior referência na vida, sempre me inspirou a ser uma pessoa boa acima de tudo. Se algum dia eu for 10% da pessoa que você é, serei um homem completo.

Obrigado, obrigado e obrigado.

“Libertarian paternalism is neither left or right. For all their differences, we hope that people with very different political convictions might be willing to converge in support of gentle nudges.”

- Richard Thaler e Cass Sunstein

RESUMO

O cumprimento da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, passou a ser uma política de Estado assumida por todos os seus Estados membros para promover o desenvolvimento sustentável em todo o planeta. A necessidade de buscar formas inovadoras de implementar políticas transformadoras é inerente à própria Agenda (ARAÚJO, D., 2019) o que abre caminho para que novas técnicas como aquelas provenientes das ciências comportamentais – dentre elas os *nudges* – sejam aperfeiçoadas e colocadas em prática. A cidade do Rio de Janeiro, então, possui potencial para colocar-se na vanguarda da implementação de *insights* comportamentais em políticas públicas com esse fim, visto que é uma das sete cidades no mundo que possui uma equipe de análises comportamentais (*nudge unit*) municipal – a NudgeRio – e também um Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS) bem estruturado. Desta forma, a partir de intervenções que se utilizem desta técnica, realizados por outras *nudge units* em diferentes lugares do Sul Global, pretende-se indicar quais ações podem ser adaptadas para a realidade da capital fluminense e desenvolvidas de forma a cumprir o PDS e promover o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Ciências Comportamentais; Agenda 2030; Desenvolvimento Sustentável; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The fulfillment of Agenda 2030 and the Sustainable Development Goals (SDGs) established by the United Nations General Assembly in 2015, has become a state policy assumed by all its member states to promote sustainable development across the planet. The need to seek innovative ways to implement transformative policies is inherent to the Agenda itself (ARAÚJO, D., 2019) which paves the way for new techniques such as those coming from behavioral sciences – among them nudges – to be improved and put into practice. The city of Rio de Janeiro, then, has the potential to place itself at the forefront of implementing behavioral insights in public policies to this end, since it is one of seven cities in the world that has a municipal behavioral analysis team (nudge unit) – NudgeRio – and also a well-structured *Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática* (PDS). Thus, based on interventions that use this technique, carried out by other nudge units in different places of the Global South, this research intends to indicate which actions can be adapted to the reality of the capital of Rio de Janeiro and developed in order to comply with the PDS and promote sustainable development.

Keywords: Public Policy; Behavioral Sciences; Agenda 2030; Rio de Janeiro; Sustainable Development

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. As conferências temáticas da ONU (1990 – 1995)	18
Tabela 2. Os Objetivos de Desenvolvimento Internacional da OCDE (1996)	21
Tabela 3. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	24
Tabela 4. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	28
Tabela 5. As Aspirações do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS)	33
Tabela 6. Estratégias, Metas e ODS por Aspiração do PDS	36
Tabela 7. Heurísticas	41
Tabela 8. Vieses cognitivos	42
Tabela 9: Intervenções comportamentais que podem ser aplicadas ao PDS	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agenda 2030 – Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

ARG – Argentina

BIT – *Behavioral Insights Team*

CCT – *Conditional cash transfer*

CNM – Confederação Nacional de Municípios

CNUMAD/ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

Comissão Brundtland – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano

DAC – Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento

DIE – *Deutsches Institut für Entwicklungspolitik*

Econ – *Homo economicus*, usado na economia comportamental para especificar um ser fictício ultra racional.

eMBeD – *Mind, Behavior and Development Unit*

FJG – Fundação João Goulart

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSI – Fatores supostamente irrelevantes

GIZ – *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH*

GTSC A2030 – Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030

GTT – Grupo Transversal de Trabalho

Humano – *Homo sapiens*, usado na economia comportamental para diferenciar do *Homo economicus* ultra racional

IMC – Índice de Massa Corporal

IUCN – União Internacional pela Conservação da Natureza

LCT – *Labeled cash transfer*

MAR – Marrocos

MDV – Maldivas

MOD – *Mass participation; Opportunity and access; Development and growth*

NIC – Nicarágua

ONG – Organização Não-governamental

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODI – Objetivos de Desenvolvimento Internacional

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PAK – Paquistão

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro

PER – Peru

PLC – Programa Líderes Cariocas

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

Rio+20 – Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável

SBST – *Social and Behavioral Sciences Team*

TT – Tema Transversal

WCG – *Western Cape Government*

ZAF – África do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. PLANOS PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL.....	15
2.1 Pioneirismo em Estocolmo e “desenvolvimento sustentável”.....	15
2.2 Década de 1990: Rio-92, <i>Triple Bottom Line</i> e ODI.....	17
2.3 ODM e a Rio+20.....	23
2.4 A Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	28
2.5 Integração municipal, PDS e inovação	30
3. COMPORTAMENTO E MUDANÇAS	38
3.1 Teoria da Utilidade Esperada e racionalidade limitada.....	38
3.2 Heurística e Teoria da Perspectiva.....	41
3.3 <i>Nudge</i> : o paternalismo libertário.....	43
3.4 <i>Nudges</i> em políticas públicas: as <i>nudge units</i> e o caso do Rio.....	45
4. MUDANDO HÁBITOS: INTERVENÇÕES DO MUNDO PARA O RIO	49
4.1 Metodologia.....	49
4.2 Juntando os casos do Sul Global com o PDS	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
6. REFERÊNCIAS	60

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar experimentos que utilizaram intervenções comportamentais em países do Sul Global, de forma a indicar ações que possam ser adaptadas à realidade do Rio de Janeiro e utilizadas pela administração municipal, na figura da NudgeRio, para cumprir as metas do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), mecanismo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) descritos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) na cidade.

A Agenda 2030 é o atual mecanismo de promoção do desenvolvimento internacional adotado pelas Nações Unidas, composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 169 metas e aprovado em 2015 por todos os países-membros da organização (ONU BRASIL, 2015). Contudo, sua construção como uma agenda global de desenvolvimento pode ser remetida à primeira conferência internacional que abordou o meio ambiente como parte integral da busca pelo crescimento econômico, realizada na cidade de Estocolmo em 1972.

Os anos seguintes do século XX foram importantes para aprofundar as questões apresentadas na Suécia, criando o conceito de desenvolvimento sustentável e abrindo caminho para uma série de conferências internacionais na década de 1990. Realizadas entre 1990 e 1995 em diferentes partes do mundo e com temáticas distintas, todas convergiam para “um objetivo de uma globalização inclusiva com ênfase na redução da pobreza, igualdade de direitos e empoderamento” (FUKUDA-PARR, 2013, p.125, tradução nossa¹). Estes eventos mostraram-se particularmente valiosos para a definição de agendas, objetivos e atuações para o século XXI.

Isso pôde ser observado já em 1996, quando a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) propôs a adoção de seis Objetivos de Desenvolvimento Internacional (ODI), voltados para educação, disparidade de gênero, mortalidade infantil e materna, saúde reprodutiva, extrema pobreza e sustentabilidade ambiental (OCDE, 1996). Embora os ODI não tenham conseguido atingir a todas as regiões do mundo, sua publicação impulsionou a elaboração de metas de desenvolvimento de caráter global e passíveis de serem mensuradas (HULME, 2007). Assim, a virada do milênio proporcionou a oportunidade ideal para a criação da primeira agenda desenvolvimentista global da ONU, apresentando os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que deveriam ser cumpridos até 2015 (ANNAN, 2001). Neste intervalo foi ficando claro que os objetivos propostos em 2000 não

¹ “a goal of inclusive globalization emphasizing poverty reduction, equal rights and empowerment” (FUKUDA-PARR, 2013, p. 125).

eram mais suficientes (FUKUDA-PARR, 2013), fazendo-se necessário pensar em novas abordagens para o desenvolvimento internacional, mais abrangentes e de acordo com a realidade do século XXI, que culminaram na Agenda 2030.

Durante este processo a cidade do Rio de Janeiro foi, por duas vezes, protagonista do cenário de discussões pelo desenvolvimento internacional, sobretudo em temas ambientais. A primeira delas foi em 1992, ao sediar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO-92, a mais importante conferência sobre meio-ambiente desde Estocolmo, e que ajudou a consolidar o conceito de “desenvolvimento sustentável” na agenda internacional (ESTENDER; PITTA, 2008). A segunda foi em 2012, quando o Rio foi sede da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), na qual foi pavimentado o caminho para a elaboração dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (KHOR, 2012).

Também pode ser destacado na cidade seu compromisso com o desenvolvimento sustentável proposto na Agenda 2030. A inovação é uma característica inata da agenda da ONU, visto que propõe novas formas de implementação, de governança e de formulação de políticas públicas (ARAÚJO, A.B., 2020), e através das 23 Aspirações apresentadas no Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS), publicado em 2021, o Rio se torna um ótimo exemplo de como internalizar os ODS em seu território, com um planejamento ambicioso e inovador.

A transformação proposta na Agenda 2030 também passa pela superação de tabus e formas ultrapassadas de se fazer política. Um dos caminhos para isso é a partir das ciências comportamentais – campo que vem sendo desenvolvido desde a década de 1970 com a combinação de psicologia, neurociência, ciências sociais e economia – podendo ser uma ferramenta poderosa para aprimorar o desenho e a execução de políticas públicas (CHATER, 2015). Devido à predominância do pensamento economicista tradicional na execução do ciclo de políticas públicas, muitas delas são desenvolvidas com base em um mundo fictício, gerido e vivido por uma criatura ultra racional, chamado pelo economista Richard H. Thaler (2018) de *Homo economicus* ou *Econs*. Estes seres fictícios sempre realizam escolhas por otimização, ou seja, a decisão correta a ser tomada é aquela que apresenta um *trade-off* mais positivo. Contudo, o mundo é habitado por *Homo sapiens*, ou Humanos, e fatores supostamente irrelevantes (FSI) para a economia tradicional como medos, paixões e vieses tornam-se relevantes para uma melhor atuação do poder público em prol da população (THALER, 2018).

Dentre os mecanismos comportamentais mais famosos está o *nudge*, um “empurrãozinho” dado por governos, instituições e agentes tomadores de decisões para guiar

os cidadãos à determinadas ações. Apesar de ser uma ação paternalista, é definida como um paternalismo libertário, já que devem ser formulados de forma a preservar a plena liberdade de escolha do indivíduo (THALER e SUNSTEIN, 2021). Os *nudges* ajudaram a popularizar o desenvolvimento de instituições, governamentais ou não, a aplicarem técnicas comportamentais na prática, as *nudge units*. Mas os poucos casos de aplicação destes mecanismos no Brasil podem classifica-los como inovadores, e neste sentido, novamente o Rio se coloca na vanguarda ao ser uma das sete prefeituras no mundo – e única do Sul Global – a possuir uma *nudge unit*: a NudgeRio (NARU, 2018).

Assim sendo, a partir da apresentação dos temas que foram abordados e diante da busca por novas formas de se pensar e aplicar políticas públicas característica dos ODS, este trabalho busca indicar intervenções comportamentais aplicadas em outros países do Sul Global que possam ser importadas para a cidade do Rio de maneira a cumprir ao menos uma Aspiração do PDS carioca. Para não desqualificar a análise feita, esta pesquisa não busca aferir quais iniciativas exibidas são, de fato, adequadas para a realidade do Rio de Janeiro, visto que dois dos princípios da aplicação de *insights* comportamentais em políticas públicas são a eficácia e a necessidade de evidências empíricas e testagem.

O trabalho está então dividido em quatro capítulos, o primeiro sendo esta introdução, onde foram descritos os dois caminhos teóricos a serem seguidos – da Agenda 2030 e das ciências comportamentais – bem como o objeto e os objetivos da pesquisa. No segundo capítulo, dividido em cinco seções, é feita uma reconstrução do caminho percorrido até a consolidação a Agenda 2030, trazendo as características de seus objetivos e dos que a procederam, bem como duas características principais de implementação: integração municipal e inovação.

O terceiro capítulo tem como temática as ciências comportamentais e é dividido em quatro seções, nas quais são apresentados os conceitos de racionalidade limitada, heurística e *nudges* e as teorias da Utilidade Esperada e das Perspectivas, temas fundamentais para a compreensão do campo quando se pensa em políticas públicas. A última seção complementa o assunto abordado no capítulo, discorrendo sobre a aplicação destas técnicas comportamentais na prática, além de apresentar as *nudge units*, com destaque para a NudgeRio. O quarto capítulo apresenta a metodologia utilizada no levantamento, análise e classificação de dados antes de mostrar os resultados práticos desta pesquisa. Finalmente, o quinto capítulo traz as considerações finais acerca da pesquisa.

2. PLANOS PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Este capítulo discorre sobre a construção histórica da Agenda 2030, seguindo uma linha temporal clara, desde a primeira cúpula internacional pelo meio ambiente em 1972 até sua promulgação em 2015. São abordadas as definições de desenvolvimento sustentável, as cúpulas das Nações Unidas da década de 1990 e a Rio+20 do ano de 2012, culminando nas três principais agendas de desenvolvimento global: os Objetivos de Desenvolvimento Internacional (ODI) da OCDE (1996), os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU (2000) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (2015). Sendo o foco deste trabalho, os ODS recebem um destaque maior, onde também são apresentados dois temas fundamentais para alcançar seus objetivos: integração e participação municipal e inovação. Ao falar sobre participação municipal, é apresentado o Plano de Desenvolvimento Sustentável da cidade do Rio de Janeiro, instrumento estatal de fundamental importância para a Agenda 2030 no município e mecanismo comparativo utilizado nesta pesquisa.

2.1 Pioneirismo em Estocolmo e “desenvolvimento sustentável”

Esta seção apresenta o que pode ser considerado o início do processo de formação de uma agenda global pelo desenvolvimento sustentável e a criação do próprio termo. Esse exercício histórico nos leva à década de 1970, quando ocorreu a primeira cúpula internacional que deu destaque ao tema meio ambiente. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano foi realizada na cidade de Estocolmo, Suécia, no ano de 1972, representando um pioneirismo nas discussões sobre o impacto humano na natureza e marcando a primeira tentativa de buscar uma visão comum para a resolução dos problemas ligados à preservação e melhora do ambiente humano e o início da ideia de governança global ambiental conhecida hoje (HANDL, 2012; ONU, ca. 2022; OLIVEIRA apud BERCHIN; CARVALHO, 2015).

Segundo Sohn (1973), a Conferência de Estocolmo foi em muitos aspectos a mais bem-sucedida cúpula internacional de sua época. Sua construção mais como um programa de ação do que como um fórum para debate (BARTHEL JR., 1972) fez com que a construção do documento final do encontro levasse a certos debates. Alguns atores envolvidos tentaram preparar uma declaração primariamente inspiradora, informativa e educacional, que direcionasse a opinião pública para problemas selecionados, agindo de forma indireta na tomada de decisões políticas. Outros buscavam manter as características inspiradoras, mas provendo diretrizes específicas para ações individuais e coletivas, nos âmbitos nacional e internacional. Contudo, nenhum dos dois objetivos foi realmente atingido (SOHN, 1973). Nas

palavras de Handl (2012, p. 1, tradução nossa²), “a Declaração de Estocolmo adota metas e objetivos para as políticas ambientais majoritariamente amplos ao invés de posições normativas detalhadas”.

A Declaração de Estocolmo foi então finalizada com 26 princípios que dão destaque aos problemas ambientais frente à comunidade internacional. Além disso, foi formulado um Plano de Ação composto por 3 categorias – um plano de vigilância ambiental global, batizado de *Earthwatch*; gerenciamento de atividades ambientais e; medidas internacionais para dar suporte às atividades realizadas nos âmbitos nacional e internacional – destrinchadas em 109 recomendações. A criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) pode ser considerada uma das maiores conquistas da cúpula (ONU, ca. 2022).

Outro ponto importante a ser considerado é a visão da Conferência como um ponto de partida para o diálogo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre as ligações entre crescimento econômico, poluição e o bem-estar das populações (ONU, ca. 2022). Diversos países em desenvolvimento conseguiram formar grupos de pressão e alterar artigos propostos pelos países desenvolvidos, fazendo com que o desenvolvimento econômico e social fosse incluído como um fator integral do processo de melhoria do ambiente humano e também que os esforços para a identificação e prevenção de riscos ambientais não ficassem restritos aos ambientes urbanos (realidade dos países desenvolvidos), mas fossem também ampliados às zonas periféricas e rurais (realidade dos países em desenvolvimento) (SOHN, 1973). O Brasil teve um papel de destaque nas discussões em prol dos países em desenvolvimento, sobretudo na defesa de: um modelo de desenvolvimento que conciliasse desenvolvimento e meio ambiente; da responsabilidade dos países desenvolvidos quanto à poluição industrial; e da defesa do desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento como principal instrumento de preservação do meio ambiente e combate à poluição (ALMEIDA, 2002).

No período que se seguiu pós-Estocolmo, houve uma maior consciência global sobre os problemas ambientais, assim como um aumento na criação de legislações ambientais e uma expansão progressiva do foco do ativismo ambiental para além das questões globais, voltando-se “para regulações específicas e intersetoriais e a síntese de considerações econômicas e desenvolvimentistas na tomada de decisões voltadas ao meio ambiente” (HANDL, 2012, p.1, tradução nossa³). Ainda assim, estes anos foram palco de debates entre países desenvolvidos

² “the Stockholm Declaration espouses mostly broad environmental policy goals and objectives rather than detailed normative positions” (HANDL, 2012, p. 1).

³ “to media-specific and cross-sectoral regulation and the synthesizing of economic and development considerations in environmental decision-making” (HANDL, 2012, p.1).

em busca da manutenção do *status quo* e os países em desenvolvimento que buscavam mais recursos para poderem se desenvolver⁴. Mas as demandas das nações em desenvolvimento não foram em vão, exemplificado pela inclusão de metas sociais, voltadas para um desenvolvimento centrado em pessoas, na Estratégia Mundial para a Conservação, publicada pela União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN) em parceria com o PNUMA, em 1980. O capítulo é nomeado “Rumo ao Desenvolvimento Sustentável” e marcou a primeira vez na qual a expressão foi utilizada em um documento cunhado por uma organização internacional (BOROWY, 2021).

Alguns anos depois, a Assembleia Geral da ONU de 1983 aprovou a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano, designando a então Primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, como sua presidente (JAPIASSÚ; GUERRA, 2017). O relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland, teve um papel importante ao expor os avanços e retrocessos relativos ao desenvolvimento humano, social e econômico, destacando a crescente disparidade entre nações ricas e pobres e reforçando a necessidade de um crescimento socioeconômico equitativo (BERCHIN; CARVALHO, 2015).

O relatório aponta que “é impossível separar desenvolvimento econômico de questões ambientais” (BERCHIN; CARVALHO, 2015, p. 174), visto que o crescimento muitas vezes é baseado no esgotamento de recursos naturais que são necessários para que ele ocorra. Mas uma de suas maiores contribuições foi definir o que é desenvolvimento sustentável.

Em essência, desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico; e a mudança institucional estão todos em harmonia e aumentam o potencial, atual e futuro, de atender às necessidades e aspirações humanas” (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1987, tradução nossa⁵).

2.2 Década de 1990: Rio-92, *Triple Bottom Line* e ODI

Seguindo uma ordem cronológica, esta seção observa os eventos realizados pela ONU durante a década de 1990, considerados importantes para a definição de agendas futuras, culminando nos Objetivos de Desenvolvimento Internacional (ODI) propostos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). É dada uma ênfase na Rio-92, não apenas pelo foco desta pesquisa ser voltado para a cidade do Rio de Janeiro, mas

⁴ Ver mais em BOROWY, 2021.

⁵ “In essence, sustainable development is a process of change in which the exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development; and institutional change are all in harmony and enhance both current and future potential to meet human needs and aspirations” (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1987).

também por seu papel na divulgação do termo “desenvolvimento sustentável” e a fixação de suas três áreas fundamentais.

A década de 1990, última do século XX, foi marcada como um período de grandes mudanças no cenário geopolítico global e de fortalecimento dos temas sociais na agenda internacional (LIMA, 2009). Como aponta J. A. L. Alves (2001), as sociedades civis cada vez mais fortes impulsionaram a realização de grandes conferências multilaterais, chanceladas pela ONU e com foco no campo social. O ineditismo de seus temas nos debates globais e a demanda por soluções para problemas de longo prazo que se agravavam há séculos, “legitimaram a presença na agenda internacional dos ‘temas globais’, antes reputados matérias da alçada exclusiva das jurisdições nacionais” (ALVES, J. A. L., 2001, p.31). A Tabela 1 mostra as características das principais conferências ocorridas até 1995.

Tabela 1: As conferências temáticas da ONU (1990 – 1995)

Ano	Local	Tema	Descrição	Referências
1990	Nova York, Estados Unidos	Infância	Primeira cúpula da nova era, enfrentou forte ceticismo e oposição, mas ao final conseguiu persuadir líderes globais a tomarem ações concretas. Seu sucesso inspirou a organização de conferências mais assertivas, com objetivos mais concretos dentro da ONU. Serviu como um modelo organizacional para algumas cúpulas futuras.	HULME; FUKUDA-PARR, 2009
1990	Jomtien, Tailândia	Educação	Desencadeou diversas iniciativas pelo mundo, principalmente sobre as necessidades básicas para a aprendizagem, além de deslocar o eixo do debate sobre educação da “alfabetização” para a “educação básica”, dando assim um novo enfoque para o tema.	GADOTTI, 1993
1992	Rio de Janeiro, Brasil	Meio Ambiente	Realizada 20 anos depois da Conferência de Estocolmo, tinha como missão criar uma agenda internacional de desenvolvimento sustentável para ser	ALMEIDA, 2002; HANDL, 2012

			posta em prática ao longo do século XXI. É considerada um marco legal importantíssimo nas discussões ambientais.	
1993	Viena, Áustria	Direitos Humanos	Foi capaz de universalizar o debate sobre direitos humanos, apesar de não universalizar estes direitos no sistema internacional. A participação de atores não-estatais, regionais e internacionais, deu mais legitimidade ao tema, sem extrapolar o conceito de soberania nacional. O Brasil ocupou a presidência do comitê que preparou o documento final do encontro.	HERNANDEZ, 2014
1994	Cairo, Egito	População	Foi um marco nas discussões sobre políticas populacionais, atingindo um consenso global de que o crescimento populacional é um problema sério para todos os governos. Também deu destaque ao tema no contexto de desenvolvimento e ao papel das mulheres dentro de casa como fatores centrais para o planejamento familiar e a saúde reprodutiva.	COHEN; RICHARDS, 1994
1995	Pequim, China	Mulheres	Expandiu a agenda de igualdade de gênero, com o fortalecimento de temas como empoderamento e do debate sobre a violência de gênero e a participação política das mulheres.	FUKUDA- PARR, 2013
1995	Copenhague, Dinamarca	Desenvolvimento Social	Primeira cúpula da ONU focada no combate à pobreza e na desigualdade, através da integração de diferentes aspectos setoriais. Produziu uma declaração de compromissos por parte dos governos que os cidadãos poderiam cobrar	ALVES, J. A. L., 1997

			seu cumprimento por parte dos governantes de maneira legítima.	
--	--	--	--	--

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nas literaturas referenciadas.

Um dos temas que ganhou mais destaque foi justamente o ambiental, impulsionado pela proliferação de organizações ambientais e partidos políticos ambientalistas – verdes – na Europa, durante a década de 1980. No contexto nacional, apesar do governo não se debruçar sobre o tema da mesma maneira que os países desenvolvidos, o Brasil era alvo de constantes holofotes dados pela mídia internacional no assunto, sobretudo ao crescente desmatamento na Amazônia e no cerrado e ao assassinato do sindicalista Chico Mendes. Sob forte pressão de grupos nacionais e internacionais, Brasília mudou sua estratégia de atuação e aceitou realizar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) (LIMA, 2009). Os “vinte anos que se passaram após Estocolmo fizeram a relevância do tema alcançar proporções maiores, tornando-se suficientemente importante na agenda internacional para resultar no deslocamento de um número inédito de Chefes de Estado para uma reunião” (LAGO apud BERCHIN; CARVALHO, 2015).

Assim, foi organizada na cidade do Rio de Janeiro, entre 03 e 14 de junho de 1992, a CNUMAD – também conhecida como ECO-92 – cujas discussões foram focadas na necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com a utilização correta dos recursos naturais (CAMARDELO; FERRI, 2019). Dentre seus principais objetivos está a missão de criar uma agenda internacional pelo desenvolvimento sustentável do planeta, ressaltando a cooperação entre Estados, setores-chave da sociedade e indivíduos como fundamentais para seu sucesso (ALMEIDA, 2002; BERCHIN; CARVALHO, 2015; CAMARDELO; FERRI, 2019).

Ao reafirmar a Declaração de Estocolmo, a ECO-92 fixou como aspectos fundamentais do desenvolvimento sustentável as áreas econômica, social e ambiental, ao passo que a sustentabilidade estaria vinculada ao desenvolvimento simultâneo de cada uma (ESTENDER ; PITTA, 2008). Como aponta Oliveira et al (2012), ao analisar cada um de maneira separada, pode-se observar que o aspecto econômico tem por objetivo a criação de empreendimentos viáveis e atraentes para os investidores; o aspecto ambiental visa analisar a interação entre produção e meio ambiente, sem lhe causar danos permanentes; e o aspecto social que tem por propósito estabelecer ações justas para parceiros, trabalhadores e a sociedade como um todo. Estes são, também, considerados os 3 Pilares da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line*) que, segundo Rogers e Hudson (2011), adicionaram dois elementos cruciais à discussão:

primeiramente ajudando a focar em critérios específicos para o progresso em cada um dos pilares; e depois destacando a relação entre os três.

Idealmente, gostaríamos de operar na interseção [...] onde todos os objetivos são satisfeitos. E de fato, quando chegamos a programas e políticas específicas, geralmente descobrimos uma confluência tripla de sinergias. Mas os 3 Pilares da Sustentabilidade também revelam algumas tensões e *trade-offs* entre objetivos concorrentes, onde escolhas devem ser feitas em um nível maior de pensamento sistemático (ROGERS; HUDSON, 2011, tradução nossa⁶).

Apesar das conferências internacionais da ONU continuarem durante a segunda metade da década de 1990, após as conferências de Pequim e Copenhague já existia uma demanda para que cessassem as discussões e fosse iniciada alguma forma de ação (HULME, 2007). O autor aponta que a redução da porcentagem do produto interno bruto (PIB) dos países desenvolvidos tinha se tornado um sério problema para o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), fazendo com que seus membros se mobilizassem para revisar o futuro do comitê e das ações desenvolvimentistas. A partir de diversas declarações das conferências da ONU, os membros da OCDE se debruçaram sobre a confecção de objetivos curtos e mensuráveis, dentro do escopo de atuação do DAC – assistência, restrições de recursos, projetos, políticas e programas (HULME, 2007).

Em maio de 1996, foi publicado o documento intitulado *Shaping the 21st Century*. Nas 19 páginas, os membros da OCDE propõem a adoção de seis Objetivos de Desenvolvimento Internacional (ODI), voltados para educação primária, disparidade de gênero, mortalidade infantil e materna, saúde reprodutiva, extrema pobreza e sustentabilidade ambiental (OCDE, 1996). Sua publicação foi importante ao mostrar uma nova maneira de comunicar-se com os países ricos – que possuíam o capital político-financeiro – em prol de um desenvolvimento através da cooperação, atraindo a atenção do público e mobilizando os atores políticos (ORTIZ; CUMMINS, 2011).

Tabela 2: Os Objetivos de Desenvolvimento Internacional da OCDE (1996)

Objetivo	Área	Meta
Bem-estar econômico	Extrema pobreza	Reduzir em pelo menos metade a proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza nos países em desenvolvimento até 2015.

⁶ “Ideally, we would like to operate at the intersection [...] where all three goals are satisfied. And indeed, when we get to specific programs and policies, we often discover a triple-win confluence of synergies. But the TBL also reveals some tensions and trade-offs among competing goals, where choices have to be made at a higher level of systems thinking” (ROGERS; HUDSON, 2011).

Desenvolvimento social	Educação primária	Implementar um sistema de educação primária universal em todos os países até 2015.
Desenvolvimento social	Igualdade de gênero	Eliminar a disparidade de gênero na educação primária e secundária até 2005.
Desenvolvimento social	Mortalidade infantil e maternal	Reduzir em 2/3 a taxa de mortalidade infantil e em ¾ a taxa de mortalidade maternal em cada país em desenvolvimento até 2015, com base nos números de 1990.
Desenvolvimento social	Saúde reprodutiva	Tornar o acesso aos serviços de saúde reprodutiva, incluindo métodos seguros e confiáveis de planejamento familiar, disponíveis para todos os indivíduos de idade apropriada através do sistema de saúde primário de cada país. Deve-se buscar atingir esta meta o quanto antes e no máximo até 2015.
Sustentabilidade ambiental e regeneração	Sustentabilidade ambiental	Deve haver uma estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável, ao menos em processo de implementação, em cada país até 2005, de maneira que o ritmo de perda de recursos naturais seja efetivamente revertido nos cenários locais e globais até 2015.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base no documento *Shaping the 21st Century* (OCDE, 1996).

Conforme aponta Hulme (2007), o relatório teve certo destaque na mídia por alguns dias, mas os impactos de sua publicação puderam ser realmente mensurados pela sua aplicabilidade em países membros da própria OCDE e nas respostas dadas por outras organizações. Enquanto em países como Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia as propostas mostradas na Tabela 2 foram levadas à sério, em países com maior força política dentro da organização as propostas não pareciam surtir muito efeito. O efeito foi similar em organizações internacionais, com os ODI exercendo influência sobre agendas na ONU e no Banco Mundial, ao mesmo tempo em que eram menosprezados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); e em organizações não-governamentais (ONGs), cuja atuação e ideologia influenciava no grau

de importância dado às metas estipuladas no documento, visto que ONGs voltadas para o desenvolvimento expressaram certo grau de satisfação, enquanto que organizações mais radicais de redes anticapitalistas acreditavam ser apenas retórica.

Apesar disso, os ODI não podem ser considerados como um movimento global.

Nos países em desenvolvimento os ODI tiveram pouco ou nenhum reconhecimento ou ressonância. Esse era um documento produzido inteiramente pelos países ricos e promessas de ‘parcerias’ soavam como uma retórica padrão das agências de ajuda para o desenvolvimento. Além disso, as agências mais poderosas que os países mais pobres tinham que se envolver eram o Banco Mundial e o FMI, não doadores bilaterais (HULME, 2007, p. 6, tradução nossa⁷).

Sendo assim, a articulação de uma agenda de desenvolvimento internacional coerente, que levasse em consideração as demandas dos países em desenvolvimento, se tornou uma prioridade. As Nações Unidas, na figura do recém-empossado secretário-geral Koffi Annan, queriam tomar para si o papel de liderança deste processo e organizar as diferentes demandas surgidas durante as conferências da década de 1990. A institucionalização da ideia de desenvolvimento como erradicação da pobreza como um dos temas da Assembleia-Geral da ONU de 2000 (HULME, 2007) – também conhecida como Cúpula do Milênio – corrobora com o argumento de Hulme e Fukuda-Parr (2009) de que uma das grandes conquistas do século XX foi o consenso de que o fim da pobreza era uma prioridade global de caráter urgente. Era necessário agora articular uma nova mensagem unificada, coerente e simples em busca de soluções para este grave problema.

2.3 ODM e a Rio+20

A partir da Cúpula do Milênio, esta seção apresenta a primeira agenda global das Nações Unidas pelo desenvolvimento sustentável, composta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), mostrando não só suas origens, mas também suas características e críticas recebidas. Assim como na seção anterior foi enfatizado o papel da Cúpula da Terra sediada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, nesta seção será enfatizado o papel Conferência das Nações para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), sediada na capital fluminense em 2012, na construção da agenda global pelo desenvolvimento.

Em abril de 2000, o então secretário-geral da ONU, Koffi Annan, publicou uma obra intitulada *We the Peoples: The Role of the United Nations in the 21st Century*, onde aponta que a organização passou seus primeiros 45 anos em um cenário onde o mundo estava dividido pela

⁷ In developing countries the IDGs had little or no recognition or resonance. This was a document produced entirely by rich countries and promises of ‘partnership’ sounded like standard aid agency rhetoric. Besides, the most powerful agencies that poorer countries had to engage with were the World Bank and IMF, not bilateral donors (HULME, 2007, p. 6).

Guerra Fria e outros 10 em adaptação às novas realidades do cenário internacional. “Agora, a Cúpula do Milênio oferece aos líderes mundiais uma oportunidade incomparável para redesenhar as Nações Unidas para o século XXI, permitindo que ela possa fazer uma diferença real e mensurável na vida das pessoas” (ANNAN, 2000, p. 6, tradução nossa⁸). O encontro de representantes das 191 nações membras da ONU culminou com a adoção da Declaração do Milênio, contendo uma série de compromissos para a promoção da paz, dos direitos humanos, da democracia e da sustentabilidade ambiental, além de formar uma nova parceria global pelo desenvolvimento e por uma “globalização seja totalmente inclusiva e equitativa” (ONU, 2000) (ENGELHARDT, 2010).

Um segundo relatório de Annan (2001), intitulado *Road map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration*, foi publicado no ano seguinte à Declaração do Milênio, dando corpo e nomenclatura às ações concretas que se buscava implementar no futuro. Os novos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) passaram a ser citados e implementados nas políticas locais da maioria dos Estados-membros da ONU, apesar de importantes atores do sistema geopolítico – nominalmente Estados Unidos e Índia – não aderirem à estas práticas (HULME, 2007). Conforme mostrado na Tabela 3, foram estabelecidos 8 objetivos e 21 metas a serem atingidos até o ano de 2015, sendo mensurados por diferentes indicadores, como PIB *per capita* (ODM 1a) ou taxa de mortalidade infantil (ODM 4), por exemplo.

Tabela 3: Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Objetivo	Logo	Nº de Metas	Metas
1 – Acabar com a fome e a miséria		3	<ul style="list-style-type: none"> a) Reduzir pela metade a proporção de pessoas cuja renda é menor que US\$ 1,25 por dia até 2015 (Ano de comparação: 1990); b) Atingir o pleno emprego, produtivo e decente, inclusive entre mulheres e jovens; c) Reduzir pela metade a proporção de pessoas em situação de fome até 2015 (Ano de comparação: 1990).

⁸ Now, the Millennium Summit offers the world’s leaders an unparalleled opportunity to reshape the United Nations well into the twenty-first century, enabling it to make a real and measurable difference to people’s lives (ANNAN, 2000, p. 6).

2 – Atingir o ensino básico universal		1	a) Garantir que até 2015 crianças em todos os lugares do mundo, meninos e meninas, sejam capazes de completar todo o curso de educação primária.
3 – Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher		1	a) Eliminar a disparidade de gênero na educação primária e secundária, preferencialmente até 2005, e em todos os níveis de educação até 2015.
4 – Reduzir a mortalidade infantil		1	a) Reduzir em 2/3 a taxa de mortalidade infantil até 2015 (Ano de comparação: 1990).
5 – Melhorar a saúde materna		2	a) Reduzir em 3/4 a taxa de mortalidade materna até 2015 (Ano de comparação: 1990); b) Atingir até 2015 o acesso universal à saúde reprodutiva.
6 – Combater a AIDS, a malária e outras doenças		3	a) Até 2015 reduzir pela metade a disseminação do HIV/AIDS e começar a reverter o quadro de contágio; b) Atingir até 2010 o tratamento universal para o HIV/AIDS para todos que necessitarem; c) Até 2015 reduzir pela metade a incidência da malária e de outras doenças graves e começar a reverter o quadro de contágio.
7 – Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente		4	a) Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável às políticas e programas de cada país e reverter a perda de recursos naturais; b) Reduzir a perda de biodiversidade, atingindo até 2010 uma redução significativa em suas taxas; c) Até 2015 reduzir pela metade a proporção da população que não possui acesso sustentável a água potável e saneamento básico; d) Até 2020 alcançar uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de pessoas que moram em favelas.
8 – Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento		6	a) Desenvolver ainda mais um sistema comercial e financeiro aberto, regado, previsível e não-discriminatório; b) Atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos;

			<p>c) Atender às necessidades especiais dos países sem litoral em desenvolvimento e das pequenas nações insulares em desenvolvimento;</p> <p>d) Lidar de maneira compreensiva com os problemas de dívidas dos países em desenvolvimento;</p> <p>e) Em parceria com empresas farmacêuticas, prover acesso à medicamentos essenciais em países em desenvolvimento;</p> <p>f) Em parceria com o setor privado, disponibilizar os benefícios de novas tecnologias, sobretudo relacionadas à comunicação e informação.</p>
--	--	--	---

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nos ODM disponíveis em ONU (ca. 2015).

De acordo com Finnemore e Sikkink (1998), as normas internacionais possuem um ciclo de vida composto por três estágios: “O primeiro estágio consiste na emergência da norma no cenário internacional. [...] O segundo estágio consiste na aceitação da norma pela comunidade internacional. [...] O terceiro estágio consiste na internalização da norma nos países” (ANDRADE, L., 2014, p. 313). No cenário do desenvolvimento, pode-se considerar que os ODM de fato chegaram ao terceiro estágio a partir da adesão dos países à Declaração do Milênio, o que lhes garantia legitimidade. Além disso, conforme aponta Engelhardt (2010), a nova agenda trouxe uma visão mais compreensiva sobre desenvolvimento, iniciando assim uma década de um ativismo desenvolvimentista e trazendo uma atenção sem precedentes para a responsabilidade de países desenvolvidos e em desenvolvimento na luta contra a pobreza.

Contudo, à medida que os anos se passaram, a agenda da ONU passou a ser alvo de críticas, insatisfações e desconfianças (CORRÊA; ALVES, J. E. D., 2005; ENGELHARDT, 2010; FUKUDA-PARR, 2013; NANDA, 2016). Dentre as críticas estavam: falta de participação da sociedade civil nas discussões que originaram os ODM (NANDA, 2016); redução das amplas pautas dos anos 1990 para uma agenda minimalista (CORRÊA; ALVES, J. E. D., 2005); metas irrealistas e generalistas, que não levavam em conta as diferentes características e necessidades de cada país (ENGELHARDT, 2010); exclusão de metas importantes (como emprego, direitos humanos e desenvolvimento justo e inclusivo); e falta de uma estratégia de implementação clara e de incentivos à inovação (FUKUDA-PARR, 2013). Assim, foi ficando cada vez mais claro que a “simplicidade da agenda ODM de oito pontos é

uma importante força, mas também uma grande fraqueza” (FUKUDA-PARR, 2013, p. 127, tradução nossa⁹).

Apesar das críticas e da dura realidade de que a maioria dos países não alcançariam as metas dos ODM, já em 2012 se discutia a necessidade do estabelecimento de novas metas globais (ARAÚJO, A. B., 2020). A autora traz os argumentos do Conselheiro das Nações Unidas para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Jeffrey Sachs (2012 apud ARAÚJO, A. B., 2020), de que o progresso trazido pelas metas estipuladas na virada do milênio não poderia ser minimizado e que o consenso em torno do desenvolvimento sustentável, ancorado em seus três pilares, seriam um ponto de partida interessante. Aprender com os erros e acertos da década anterior seria, então, fundamental.

Ele aponta três características de sucesso: a simplicidade com que os objetivos foram apresentados ao grande público; a agilidade da negociação e da formação de consenso em se tratando de um instrumento não vinculante, mas de compromissos práticos e morais; a tradução dos compromissos em medidas específicas e práticas, passíveis de adoção pelos governos e pela sociedade civil. Por outro lado, quatro debilidades do estabelecimento dos ODMs precisariam ser enfrentadas para a nova agenda: a ausência de metas intermediárias dentro do horizonte temporal, para permitir um acompanhamento mais contínuo; a coleta e disponibilidade de dados precisos e atualizados sobre todos os países; o engajamento do setor privado desde a negociação dos objetivos, como forma de comprometê-los com as iniciativas; e a disposição do financiamento das ações e estratégias de sustentabilidade (SACHS, 2012 apud ARAÚJO, A. B., 2020).

Neste mesmo ano, foi organizada novamente no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20 em referência aos 20 anos da realização da ECO-92 na cidade. Ao adotar o termo “desenvolvimento sustentável” em seu nome, a cúpula carioca marcou a principal mudança terminológica no assunto desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, e sua introdução do debate ambiental no cenário internacional (SÁNCHEZ; CROAL, 2012). Mas as altas expectativas criadas em torno da conferência para que fosse tomada uma atitude concreta frente aos desafios do desenvolvimento sustentável, geraram um proporcional sentimento de frustração ao fim do evento (KHOR, 2012).

O autor explica que os incansáveis debates sobre o novo conceito de “economia verde” e a falta de interesse dos países desenvolvidos em fomentarem a cooperação internacional, sobretudo a Norte-Sul, e de renovarem seus compromissos assumidos na ECO-92 – sobretudo os Estados Unidos – quase implodiram as negociações para o documento final da conferência (KHOR, 2012). Publicado com o título *The Future We Want*, o documento de 53 páginas

⁹ “The simplicity of the eight-point MDG agenda is a key strength, but also a major weakness” (FUKUDA-PARR, 2013, p. 127).

renovava os compromissos assumidos em 1992, reconhecendo que houveram áreas de progresso insuficiente na integração dos três pilares da sustentabilidade e que as pessoas deveriam estar no centro do desenvolvimento sustentável (NANDA, 2016). Pelo lado positivo, esta declaração acabou por manter as bases para a cooperação internacional pelo desenvolvimento e direcionou as conversas que se seguiriam nas Nações Unidas para estabelecer novas metas para o desenvolvimento sustentável após 2015 (KHOR, 2012).

2.4 A Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Esta seção apresenta brevemente as novas metas para o desenvolvimento sustentável que sucederam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável encerrou um importante processo iniciado pela Rio+20 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2017), buscando dar continuidade aos ODM, avançando sobre metas incumpridas, além de adensar e ampliar a agenda de desenvolvimento global por conta de sua transversalidade (CASA FLUMINENSE, 2017; CNM, 2017).

Tendo sido aprovada pela ONU em setembro de 2015, a Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, propondo uma atuação conjunta entre os países e respeitando a soberania de cada nação no que tange a definição de prioridades em seu cumprimento, de forma a fomentar a cooperação global. Além disso, o documento ressalta ~~a necessidade~~ a necessidade de se respeitar os limites físicos naturais do planeta, promover uma condição de vida digna a todos os habitantes e erradicar a pobreza através de cinco áreas de importância (5 Ps): pessoas; prosperidade; paz; parcerias; e planeta (ONU BRASIL, 2015).

Tabela 4: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Objetivo	Descrição	Logo	Nº de Metas
1 – Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.		7
2 – Fome zero e agricultura sustentável	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.		8
3 – Saúde e bem-estar	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos.		13

4 – Educação de qualidade	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.		10
5 – Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.		9
6 – Água potável e saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.		8
7 – Energia limpa e acessível	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.		5
8 – Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.		12
9 – Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.		8
10 – Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.		10
11 – Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.		10
12 – Consumo e produção responsáveis	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.		11
13 – Ação contra a mudança global do clima	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e seus impactos.		5
14 – Vida na água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.		10
15 – Vida terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação,		12

	travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade.		
16 – Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.		12
17 – Parcerias e meios de implementação	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.		19 ¹⁰

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nos ODS disponíveis em ONU Brasil (2022).

2.5 Integração municipal, PDS e inovação

Esta seção se debruça sobre dois aspectos fundamentais para a implementação e o cumprimento da Agenda 2030. O primeiro deles é uma parceria global que envolve diversos atores, em diferentes esferas, atuando de maneira integrada e é explicitada no ODS 17, cujo objetivo é “fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (AGENDA, 2015). Neste contexto, é apresentado o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da cidade do Rio de Janeiro, ferramenta criada para que o município possa também fazer sua parte dentro do espectro global. O segundo aspecto é a inovação, visto que a Agenda 2030 busca também uma transformação no paradigma da cooperação por meio de instituições internacionais (ARAÚJO, A. B., 2020).

A inovação dessa agenda de desenvolvimento está em sua escala, complexidade e pretensão de definir novos meios de implementação e monitoramento que atentam para as relações entre os objetivos traçados [...]. Essa característica implica uma diferença significativa para a adesão dos Estados ao compromisso internacional. Se antes a adesão aos regimes se dava pela assinatura e ratificação dos tratados e demais instrumentos do Direito Internacional, depois incorporados ao sistema jurídico doméstico; no marco da Agenda 2030, a adesão implica a adoção de nova forma de governança [...] ou mesmo de um novo *framework* de formulação de políticas (ARAÚJO, A. B., 2020).

Quando se pensa nesta nova forma de parceria global, há que se retomar a obra de Keohane e Nye (1988 apud CADEMARTORI; SANTOS, 2016), que introduziu no debate das

¹⁰ Dividido em 5 áreas: Finanças (5); Tecnologia (3); Capacitação (1); Comércio (3); e Questões Sistêmicas (Coerência de políticas e institucional: 3; As parcerias multissetoriais: 2; Dados, monitoramento e prestação de contas: 2) (ONU BRASIL, 2022).

relações internacionais a noção de interdependência complexa¹¹. Assim, pode-se considerar que “a Agenda 2030 é a nossa Declaração Global de Interdependência” (GUTERRES, entre 2017 e 2020), fazendo com que apenas através da atuação conjunta entre Norte e Sul globais, ainda que em papéis diferentes, seja possível atingir suas metas.

Neste contexto, também é importante elucidar Norte e Sul como a nova terminologia referente à divisão internacional da conjuntura pós-Guerra Fria. Antes a divisão se dava entre o Leste comunista e o Oeste capitalista, agora o Norte seria referente aos países desenvolvidos e o Sul aos países em desenvolvimento. Cabe ressaltar que as definições não possuem um caráter puramente geográfico, mas sim político-econômico, visto que países como México e Rússia, localizados no hemisfério norte, mas de economia emergente, são pertencentes ao Sul Global; ao mesmo tempo que Austrália e Nova Zelândia, situados abaixo da Linha do Equador, possuem status de países do Norte (CAIXETA, 2014).

Voltando ao documento das Nações Unidas, destaca-se o aspecto fundamental que dada não só a participação dos Estados, mas também de atores subnacionais – como estados e municípios – da iniciativa privada, do terceiro setor, da sociedade civil e da espécie humana como um todo (AGENDA, 2015). Como apontam Guette et al. (2020), outro setor importante é a academia, devido às semelhanças de suas características de promoção de transformações no mundo, visão de longo prazo e ação por gerações presentes e futuras. “A academia possui uma grande responsabilidade com a sociedade por meio de seu poder de influência sobre as percepções e condutas dos estudantes de hoje e de amanhã, assim como pela expertise de seus pesquisadores sobre diferentes assuntos de interesse público” (GUETTE et al., 2020, tradução nossa¹²). Mesmo assim, os agentes estatais – sejam eles na esfera nacional, regional ou municipal – ainda têm consigo uma responsabilidade primária na implementação, coordenação, acompanhamento e revisão dos objetivos e metas estipulados até 2030 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2017b; GUETTE et al., 2020).

É importante ressaltar que a realidade da implementação da Agenda 2030 no Brasil vem sendo profundamente afetada pela atuação da esfera federal do governo. Logo nos primeiros meses de governo, o presidente Jair Bolsonaro revogou o Decreto 8.892/2016, responsável pela criação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),

¹¹ Conceito liberal das relações internacionais caracterizado pelos múltiplos canais de comunicação e negociação entre sociedade, Estado e demais atores do cenário global, como empresas e organismos internacionais, e uma agenda voltada não só para a segurança militar, mas também economia, meio ambiente e tecnologia, por exemplo (ECHART, 2017).

¹² “La academia posee una fuerte responsabilidad con la sociedad por medio del poder de influencia que tiene en las percepciones y conductas de los estudiantes de hoy y del mañana, así como por medio del juicio experto de sus investigadores sobre diferentes asuntos de interés público” (GUETTE et al., 2020).

fazendo com que o país deixasse de ter um órgão da União responsável pela pauta (CAMPOS, 2022). Ademais, o veto por inconstitucionalidade ao item que dispunha sobre a persecução das metas dos ODS no Plano Plurianual (PPA) da União para o período de 2020 a 2023, sob alegação de que a inclusão “acaba por dar-lhe, mesmo contrário a sua natureza puramente recomendatória, um grau de cogência e obrigatoriedade jurídica, em detrimento do processo dualista de internalização de atos internacionais” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2019). Os efeitos destas ações podem ser observados no Relatório Luz 2022, produzido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030), que aponta um desempenho satisfatório em apenas 1 das 169 metas, enquanto a esmagadora maioria delas vem sofrendo retrocessos (GTSC A2030, 2022).

A iniciativa de localização dos ODS, ou seja, a incorporação e alinhamento da Agenda 2030 aos contextos locais através da capacitação e articulação dos atores locais, passa a ser ainda mais importante para o desenvolvimento ações relevantes para as necessidades e objetivos de cada localidade. Desta forma, os municípios acabam sendo, na prática, onde as políticas públicas acontecem e onde as oportunidades e os desafios da articulação das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento são mais perceptíveis (CNM, 2017) e para “que as metas estabelecidas pelos ODS sejam disseminadas e alcançadas, é preciso que os governantes e gestores locais atuem a partir de acordos e articulação com outros atores territoriais para os efeitos das ações sejam integradas e sustentáveis” (CNM, 2016, p. 15). Estes acordos e articulações ajudam a ressignificar o papel das cidades no cenário global, elevando as gestões municipais a um lugar proeminente no cenário internacional (GIZ, 2018), e ao olhar para o município do Rio de Janeiro, sua vocação “para lidar com temas internacionais, participando de e/ou promovendo eventos das mais variadas vertentes, coloca-o em posição de destaque” (APRIGIO, 2015, p. 49).

Este papel de destaque do Rio de Janeiro nas discussões internacionais, sobretudo no tema sustentabilidade, pode ser exemplificado pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS) da cidade – primeiro do país com tamanha amplitude. Com o apoio da sociedade civil, agentes públicos municipais, ONGs, organizações civis e organismos internacionais, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro desenvolveu o PDS com o objetivo de construir as políticas estatais de maneira congruente aos ODS da Agenda 2030, norteando assim as ações das diferentes administrações da Prefeitura do Rio aos longo das próximas décadas (PCRJ, 2021).

Embasado sob a argumentação de construir linhas de ação de longo prazo, o plano desenvolveu a Visão 2050, apontando quais são os rumos desejados para a cidade nos próximos

30 anos. Esta visão é dividida em três ciclos de planejamento: o Ciclo 2020 – 2030, voltado para os 17 ODS da Agenda 2030 e foco deste trabalho; o Ciclo 2030 – 2040, cujo planejamento terá início em 2028; e o Ciclo 2040 – 2050, cujo planejamento terá início em 2038. A partir de então, o PDS indica 5 Temas Transversais (TT), totalizando 23 Aspirações, onde cada Aspiração é desdobrada entre uma e cinco Estratégias, dentro das quais são indicadas as 134 metas mensuráveis, alcançáveis e relevantes, que por sua vez são detalhadas por um total de 900 ações estruturantes para sua implementação. “Com olhar local sobre os ODS é que foram construídas as metas que inspiram mudanças significativas no desenvolvimento da cidade” (PCRJ, 2021, p. 35). Desta forma, são apresentados os ODS em duas escalas, a primeira com a relação principal e secundária entre os 17 ODS e as 23 Aspirações, e a segunda com a relação principal e secundária entre as 169 metas da Agenda 2030 e as 134 metas do PDS; para fins de comparação, será utilizada apenas a primeira escala nesta pesquisa. As tabelas 5 e 6 a seguir detalham estas metas.

Tabela 5: As Aspirações do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS)

Tema Transversal	Código	Aspiração	Descrição
Cooperação e Paz	CP	CP1 – Participação Social na Agenda Pública e Pertencimento	Cariocas estarão engajados e engajadas na construção coletiva de soluções para a cidade em conjunto com o poder público
		CP2 – Engajamento para Preservação da Cidade e da Convivência Saudável	Cariocas estarão envolvidos e envolvidas em trabalhos de cooperação, proteção e recuperação do patrimônio natural, paisagístico e cultural, fortalecendo a identidade e o pertencimento a uma cidade mais inclusiva, solidária e justa.
		CP3 – Cultura da Paz	A cidade será um espaço urbano seguro, reconhecida pela promoção da convivência pacífica e equânime entre os cidadãos e as cidadãs.
Igualdade e equidade	IE	IE1 – Primeira Infância	Toda criança terá condição de se desenvolver de forma saudável, segura e plena.
		IE2 – Ensino de Qualidade	A cidade terá acesso a escolas de qualidade, inclusivas, equitativas que atendam as especificidades e estimulem as potencialidades de toda comunidade escolar.

		IE3 – Juventude e Jovens em Vulnerabilidade	Os jovens e as jovens terão oportunidades para o desenvolvimento pleno, com equidade e respeito às suas escolhas, e acesso a amplas políticas para situações em vulnerabilidade.
		IE4 – Inclusividade e Diversidade	A cidade será reconhecida como uma das mais acolhedoras e inclusivas, com menor desigualdade social e que respeita a diversidade.
		IE5 – Esporte, Cultura e Patrimônio	Cariocas terão oportunidade ao esporte e cultura como meio de desenvolvimento da cidadania e de valores éticos, potencializando a economia da cultura e o acesso à prática esportiva e ao território cultural para todas e todos.
		IE6 – Economia e Inovação	As atividades econômicas indutoras terão presença ampliada na cidade contribuindo para a redução da desigualdade de acesso a oportunidades de emprego.
Longevidade e Bem-estar	LB	LB1 – Alimentação Saudável e Produção Agroecológica	A cidade terá um sistema alimentar sustentável, com incentivo à produção agrícola familiar orgânica, alimentos in natura e proximidade entre produtor e produtora e consumidor final.
		LB2 – Espaços Públicos Arborizados	Espaços públicos arborizados, equitativamente distribuídos, estimulando hábitos saudáveis na população carioca de todas as idades.
		LB3 – Pessoas Idosas e Integração Geracional	A cidade será reconhecida por promover o envelhecimento saudável, fomentando a integração intergeracional e a sociabilidade da população idosa.
		LB4 – Infraestrutura, Moradia e Transporte	Toda a população terá acesso à infraestrutura urbana de qualidade e moradia regularizada, segura, digna e integrada aos equipamentos da cidade e ao transporte público.
		LB5 – Saúde Pública de Excelência	A rede de saúde pública da cidade será de excelência, organizada e multidisciplinar, com acesso informatizado aos dados de saúde de pacientes e estará preparada para prover

			ações específicas para assegurar atenção integral à saúde em todos os ciclos de vida.
		LB6 – Desenho Urbano e Mobilidade Ativa	A cidade será reconhecida por ter as pessoas como prioridade no planejamento e desenho urbano, ressignificando o ambiente público compartilhado e incentivando os deslocamentos a pé e por bicicleta.
Mudanças Climáticas e Resiliência	MCR	MCR1 – Resíduos Sólidos	A cidade terá foco na redução da geração de lixo, aumento da reciclagem e a valorização de resíduos, fortalecendo uma política de Lixo Zero.
		MCR2 – Resiliência Cidadã e das Instituições	A cidade terá protagonismo no planejamento, monitoramento e na resposta às mudanças climáticas, com alta capacidade de resposta das instituições e da população para o enfrentamento das principais ameaças.
		MCR3 – Cidade Neutra em Carbono	A cidade estimulará o desenvolvimento urbano de baixo carbono, promovendo o uso de tecnologias limpas e eficiência energética, e dinamizando a economia verde da cidade.
		MCR4 – Ativos Ambientais	A cidade terá suas áreas verdes protegidas e ampliadas, recursos hídricos preservados e recuperados, valorizando a paisagem, a biodiversidade e garantindo a segurança hídrica e o manejo sustentável dos recursos naturais.
Governança	GOV	GOV1 – Governança Democrática	A prefeitura será um exemplo de gestão eficaz, coerente, integrada e inovadora, baseada em princípios democráticos como integridade, transparência e responsabilização de agentes públicos.
		GOV2 – Liderança Pelo Exemplo	A Prefeitura estará com todas as suas ações em linha com as boas práticas de desenvolvimento sustentável.
		GOV3 – Região Metropolitana	A cidade estará permanentemente atuante na integração de políticas intermunicipais, visando o desenvolvimento de estratégias sustentáveis para a Região Metropolitana.

		GOV4 – Planejamento Integrado ao Clima	Planejamento urbano-ambiental integrado à lente das mudanças climáticas para gestão da cidade e proteção da vida da população.
--	--	--	--

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base no PDS da cidade do Rio de Janeiro (PCRJ, 2021).

Tabela 6: Estratégias, Metas e ODS por Aspiração do PDS.

Aspiração (Código)	Nº de Estratégias	Nº de Metas	Nº de Ações Estruturantes	ODS Principais	ODS Secundários
CP1	1	4	27	5, 10, 11, 16 e 17	1 e 6
CP2	3	7	46	4, 8, 11, 12, 13 e 17	14 e 15
CP3	2	5	33	10, 11 e 16	4 e 17
IE1	2	6	54	1, 3, 4 e 11	6, 9, 10 e 16
IE2	3	12	81	3, 4 e 10	1, 5, 9, 11, 16 e 17
IE3	3	5	35	4, 8 e 10	-
IE4	2	8	47	1, 2, 5 e 10	4, 16 e 17
IE5	3	4	31	4, 10 e 11	1, 3, 5, 8, 9, 14 e 15
IE6	3	6	36	8, 9 e 11	3, 4, 7, 10, 12, 13 e 14
LB1	3	4	31	2, 3, 11 e 12	8, 9, 14 e 15
LB2	2	3	19	3 e 11	13, 15 e 17
LB3	2	3	15	11	8, 10 e 16
LB4	3	4	38	6 e 11	1, 3, 4, 5 e 10
LB5	4	11	49	3, 9 e 11	6, 8, 13 e 16
LB6	2	2	21	11	3
MCR1	2	4	34	11, 12 e 13	17
MCR2	2	5	50	11 e 13	9
MCR3	3	6	80	7, 8, 11 e 13	9, 12 e 17
MCR4	2	3	21	11, 13, 14 e 15	-
GOV1	5	14	93	16 e 17	1
GOV2	3	10	62	12 e 17	11 e 16
GOV3	3	3	23	11 e 17	9 e 16
GOV4	2	5	50	11, 13 e 17	6, 10 e 15

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base no PDS da cidade do Rio de Janeiro (PCRJ, 2021).

Segundo Sanches, Macêdo Barbalho e Regina Martin (2018), a construção de políticas públicas inovadoras representam uma parte fundamental da agenda econômica do Brasil. Conforme o dicionário Michaelis, inovar pode ser definido como “1 Fazer inovações; introduzir novidades [...] 2 Produzir ou tornar algo novo; renovar, restaurar” (INOVAR, 2022) e, nas palavras do atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, “o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática é o instrumento para a construção de uma nova realidade” (PAES, 2021). Neste sentido, a busca por novas formas de atuação para atingir os ODS pode ser considerada um dos elementos mais básicos da Agenda 2030 (ARAÚJO, J. D., 2019). Este trabalho segue a linha de pensamento de que a inovação é uma marca dos cariocas (PAES, 2021), o que incentiva as autoridades municipais a explorarem abordagens consideradas inovadoras, como a que será apresentada a seguir no Capítulo 3.

3. COMPORTAMENTO E MUDANÇAS

O trabalho de cientistas comportamentais vem desde ~~de~~ a década de 1950 (POOLEY, 2016) com resultados perpetuados dentre as diferentes ciências sociais. Esta pesquisa, porém, é estruturada a partir da economia comportamental, fazendo com que seja importante iniciar a análise a partir do trabalho de Herbert Simon (1954), que abriu caminho para a crítica do racionalismo puro dentro da economia ao descrever a racionalidade limitada (*Bounded Rationality*). Após, são trazidos os trabalhos de David Kahneman e Amos Tversky, fundamentais para apresentar a importância de vieses na heurística de tomadas de decisões em situações de incerteza (1974) e para ao debater (1979; 1992) a Teoria das Perspectivas (*Prospect Theory*). Por fim, aborda-se a obra de Richard Thaler e Cass Sunstein ([2008] 2021), que apresentou ao mundo a ideia do paternalismo libertário, mais conhecido como *nudge*. Não é interessante, contudo, fazer uma recapitulação histórica da construção do campo da economia comportamental¹³, visto que o foco deste trabalho não está nos aspectos históricos, e sim na apresentação dos conceitos aqui citados.

Ademais, é trazida a discussão sobre a implementação de *insights* comportamentais nas políticas públicas, mostrando sua importância e os questionamentos acerca da ética desta prática. Por fim, apresenta-se a criação e estruturação das primeiras *nudge units* do mundo no Reino Unido e nos Estados Unidos, seguindo para a única instituição do tipo de cunho municipal no Sul Global – a NudgeRio – e os desafios da utilização da técnica nos países em desenvolvimento.

3.1 Teoria da Utilidade Esperada e racionalidade limitada

Por este trabalho se debruçar sobre aspectos ligados fundamentalmente à economia comportamental, torna-se importante compreender algumas premissas fundamentais ligadas ao campo. Esta primeira seção apresenta de maneira introdutória duas destas premissas e inicia

¹³ Para conhecer a construção do campo da Economia Comportamental e a história por trás do *nudge*, recomendo a leitura do livro *Misbehaving: A Construção da Economia Comportamental*, do vencedor do Nobel de Economia, Richard H. Thaler (2018a).

seu trabalho de desconstrução dos conceitos tradicionais e introdução dos aspectos comportamentais. A primeira destas premissas é a Teoria da Utilidade Esperada, de aspecto racional e sob a qual a economia tradicional foi edificada; e a segunda é a conceito de racionalidade limitada, criado por Herbert Simon em contraponto à visão puramente racional vigente.

Há uma visão hegemônica na economia que prega seu pensamento economicista tradicional como modelador de grande parte das ciências sociais modernas¹⁴, além de possuir predominância na execução do ciclo de políticas públicas (THALER, 2019). Neste sentido, a “premissa central da teoria econômica é que as pessoas escolhem por otimização” (THALER, 2019, p. 19), a partir de expectativas racionais, de maneira imparcial e sem estar suscetíveis a medos, paixões e vieses, fatores supostamente irrelevantes (FSI) para a tomada de decisões. Por otimização, entende-se uma análise fria do cenário observado, na qual a melhor opção dentro das possibilidades apresentadas será sempre escolhida. Contudo, o autor aponta que estas premissas que fundamentam a economia são falhas, visto que os FSI não podem ser considerados apenas desvios por uma simples razão: o mundo é habitado por Humanos¹⁵ – *Homo sapiens* – enquanto que o modelo utilizado por economistas implica a existência de *Econs*, ou *Homo economicus*, seres ficcionais, quase totalmente racionais e oniscientes de qualquer aspecto do ambiente à sua volta e cujas preferências se mantêm inalteradas pelos FSI (SIMON, 1955; THALER, 2019).

Michiru Nagatsu (2015) aponta que o uso de aspectos psicológicos na economia pode ser retomado às obras de David Hume e Adam Smith, trazendo o trabalho de Ashraf et al. (2005 apud NAGATSU, 2015) que argumenta que a “*Teoria dos Sentimentos Morais* de Smith [...] propõe o que hoje é conhecido como modelo dual de processamento de informações; antecipando descobertas modernas como aversão à perda, força de vontade e justiça; e propondo direções para pesquisas em economia comportamental” (NAGATSU, 2015, p. 443, tradução nossa¹⁶). Contudo, o autor ressalta que o atual campo da economia comportamental só surgiu após a separação da economia e da psicologia iniciada por John Stuart Mill, que culminou na

¹⁴ Esta visão das ciências econômicas acerca das ciências sociais, como descrita pelo economista Richard Thaler, enquanto hegemônica na economia, é vista apenas como uma das abordagens nos estudos sociais. Este contraste pode muito bem ser observado na obra de Pateman (1992) sobre participação e teoria democrática e nas diferentes teorias do voto apresentadas por Borba (2017).

¹⁵ Humanos com “H” maiúsculo é usado com a intenção de contrapor o *Homo sapiens* ao *Homo economicus*, na dualidade Humanos x *Econs*.

¹⁶ “Smith’s Theory of Moral Sentiments (Smith, 2002, first published in 1759) proposes what is now called the dual-process cognitive model; anticipates modern findings such as loss aversion, willpower, and fairness; and even suggests new directions for research in behavioral economics” (NAGATSU, 2015, p. 443).

reinterpretação da utilidade apenas como uma fórmula matemática de representar preferências ordenadas, sem a necessidade de debate acerca de aspectos psicológicos subjetivos (NAGATSU, 2015). A situação foi agravada pela invenção da Teoria da Utilidade Esperada (*Expected Utility Theory*), que aponta – através de uma série de axiomas da escolha racional – que uma decisão de risco (ou incerteza) só é tomada após comparar-se o valor útil de cada uma das opções disponíveis, escolhendo-se sempre aquela que terá mais benefícios ao tomador de decisão (MONGIN, 1998).

Um dos primeiros críticos da Teoria da Utilidade Esperada na economia foi Herbert Simon. Muito antes de Thaler cunhar o termo *Econ*, Simon buscava revisar o conceito de “homem econômico” em seu famoso artigo “*A Behavioral Model of Rational Choice*” (1955), de maneira a aproximar o conhecimento trazido pela psicologia, daquele disseminado na economia:

Em linhas gerais, a tarefa é substituir a racionalidade global do homem econômico com um tipo de comportamento racional que é compatível com o acesso à informação e as capacidades computacionais que são de fato possuídas pelos organismos, incluindo o homem, nos tipos de ambientes nos quais os organismos existem. Alguém pode ser tentado a olhar para a literatura psicológica para a resposta. Psicólogos certamente têm estado preocupados com o comportamento racional, particularmente em seu interesse sobre fenômenos de aprendizagem. Mas a distância é tão grande entre o nosso atual conhecimento psicológico sobre os processos de aprendizagem e escolha e os tipos de conhecimento necessários para as teorias econômica e administrativa, que uma marcação feita na metade do caminho entre eles pode ajudar viajantes vindos de ambas as direções a manter seus trajetos (SIMON, 1955, p. 99-100, tradução nossa¹⁷).

Ao buscar um meio termo entre os campos, Simon apresentou uma crítica programática à Teoria da Utilidade Esperada, argumentando que a forma na qual os processos cognitivos dos agentes econômicos eram descritos era empiricamente frágil. A partir da distinção entre racionalidade substantiva – a adaptação de um sistema inteligente ao ambiente à sua volta – e racionalidade procedimental – a habilidade de um sistema determinada por seu autoconhecimento que restringe a anterior – o autor apresenta como ponto chave que “precisamos somente da racionalidade substantiva para prever o comportamento do sistema *se* seu objetivo e seu ambiente forem simples; mas caso estes fatores e sua interação forem de fato

¹⁷ “Broadly stated, the task is to replace the global rationality of economic man with a kind of rational behavior that is compatible with the access to information and the computational capacities that are actually possessed by organisms, including man, in the kinds of environments in which such organisms exist. One is tempted to turn to the literature of psychology for the answer. Psychologists have certainly been concerned with rational behavior, particularly in their interest in learning phenomena. But the distance is so great between our present psychological knowledge of the learning and choice processes and the kinds of knowledge needed for economic and administrative theory that a marking stone placed halfway between might help travellers from both directions to keep to their courses” (SIMON, 1955, p. 99-100).

complexas [...], temos que explicitamente considerar a racionalidade procedimental do sistema” (SIMON, 1996 apud NAGATSU, 2015).

Esta é a base para compreender o que o autor chama de racionalidade limitada (*bounded rationality*), ou seja, a racionalidade dos tomadores de decisão seria sempre limitada por questões como o acesso a informações fragmentadas ou imperfeitas, pouco tempo para a tomada de decisão ou influência de interesses pessoais, ainda que pudesse ser maximizada através da criação de estruturas para enquadrar os atores e moldar seu comportamento na direção desejada (SOUZA, 2006). Em resumo: “a incapacidade do exercício da racionalidade plena faz dos agentes econômicos seres dotados de uma racionalidade limitada” (BARROS, 2010).

3.2 Heurística e Teoria da Perspectiva

Esta seção traz para a análise as contribuições dos psicólogos cognitivos Amos Tversky e Daniel Kahneman a respeito de dois temas: a heurística e os vieses cognitivos e a Teoria da Perspectiva (*Prospect Theory*) e seus desdobramentos. Assumir que possuímos racionalidade limitada na hora da tomada de decisões é um passo para compreender como funciona este processo nos Humanos do mundo real. Entende-se também que muitas das decisões que tomamos são baseadas em crenças sobre os resultados de eventos incertos, utilizando atalhos mentais nos processos cognitivos para reduzir a árdua tarefa de avaliar as probabilidades e prever valores (TVERSKY; KAHNEMAN, 1974). Em resumo, este processo de substituição de questões difíceis por outras mais fáceis através de atalhos cognitivos recebe o nome de heurística, que em geral “são bem úteis, mas às vezes levam à erros graves e sistemáticos” (TVERSKY; KAHNEMAN, 1974, p. 1124, tradução nossa¹⁸).

Esta possível consequência da aplicação da heurística recebe o nome de viés cognitivo e pode ser definido como um “erro sistemático (não aleatório) de pensamento, quando o julgamento se desvia do que seria considerado desejável da perspectiva das normas aceitas ou do que seria correto com base na lógica formal” (SAMSON, 2015, p. 372). Segundo Tversky e Kahneman (1974), um maior entendimento acerca das heurísticas e de seus vieses pode melhorar os julgamentos e tomadas de decisão sob incerteza. De modo a auxiliar a compreensão, as tabelas 7 e 8 trazem alguns exemplos do que são heurísticas e vieses cognitivos.

Tabela 7: Heurísticas

¹⁸ “are quite useful, but sometimes they lead to severe and systematic errors” (TVERSKY; KAHNEMAN, 1974, p. 1124).

Heurística	Descrição
Heurística do Afeto	Ocorre quando a decisão da pessoa é baseada em sentimentos bons ou ruins relacionadas a um estímulo. São por característica rápidas e automáticas.
Heurística da Ancoragem	Ocorre quando a exposição inicial a uma informação é utilizada como ponto de referência e influencia os julgamentos subsequentes sobre o tema.
Heurística da Disponibilidade	Ocorre quando o julgamento da probabilidade de um evento é feito com base na facilidade com que um exemplo vem à mente.
Heurística da Representatividade	Ocorre quando se julga a probabilidade de uma ocorrência A pertencer a B olhando para a semelhança entre os dois.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base em SAMSON, 2015.

Tabela 8: Vieses cognitivos

Viés Cognitivo	Descrição
Viés da Confirmação	Ocorre quando as pessoas buscam ou avaliam informações que corroboram com suas ideias pré-concebidas.
Viés do Otimismo	Ocorre a partir da tendência das pessoas de superestimar a probabilidade de eventos positivos e subestimar a de eventos negativos.
Viés do Presente	É a tendência de priorizar recompensas que estão mais próximas do presente do que quando consideramos dois momentos futuros.
Viés do <i>Status quo</i>	Ocorre quando as pessoas preferem que as coisas permaneçam como estão ou de acordo com uma decisão tomada anteriormente. É também associado ao conceito de inércia.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base em SAMSON, 2015.

A segunda colaboração entre os autores relevante para esta pesquisa é publicada inicialmente em 1979, e aprofundada em 1992, como uma crítica à Teoria da Utilidade Esperada e sua dominância na análise de tomada de decisões de risco. Após apresentar uma série de casos nos quais as escolhas das pessoas violam os axiomas da teoria racional vigente, é proposta uma nova teoria para guiar a tomada de decisão individual em situações de risco: a Teoria da Perspectiva (*Prospect Theory*).

A teoria da perspectiva diferencia duas fases no processo de tomada de decisão: uma fase inicial de edição e uma fase seguinte de avaliação. A fase de edição consiste na análise preliminar das perspectivas oferecidas, que muitas vezes produz uma representação mais simples de tais perspectivas. Na segunda fase, as perspectivas

editadas são avaliadas e aquela de maior valor é escolhida (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979, p. 274, tradução nossa¹⁹)

Investigações científicas realizadas após a publicação da Teoria da Perspectiva salientaram que as “anomalias” – resultados de testes empíricos ou suposições teóricas que não se encaixavam na ideia racional da economia tradicional (KAHNEMAN; KNETSCH; THALER, 1991) – não poderiam mais ser desprezadas. Os avanços trazidos por diversos autores levaram Tversky e Kahneman (1992) a aprofundarem sua teoria original, expandindo sua abrangência de aplicação de maneira mais concreta, que pode ser utilizada tanto em casos probabilísticos quanto incertos, e permitindo que se assumam diferentes pesos na hora de considerar ganhos e perdas em uma decisão. A Teoria da Perspectiva Cumulativa, como foi batizada, é então de vital importância para compreender a influência destas “anomalias” em nosso processo decisório, exemplificadas pelos efeitos de enquadramento (*framing*) – nossas preferências são alteradas conforme as opções são apresentadas (TVERSKY; KAHNEMAN, 1981) – e da aversão à perda (*loss aversion*) – “perdas machucam mais do que o prazer dado por ganhos de tamanhos equivalentes” (THALER, 2019, p. 48).

3.3 *Nudge*: o paternalismo libertário

Todos estes avanços na visão da tomada de decisões no mundo habitado por Humanos foram essenciais para o desenvolvimento do conceito do *nudge* apresentado a seguir. Para entender o que é e como funciona um *nudge*, há primeiro que destrinchar o significado de paternalismo libertário criado no início dos anos 2000 pelo economista Richard H. Thaler e pelo jurista Cass R. Sunstein, à época professores da Universidade de Chicago.

Segundo o dicionário Michaelis, a definição de paternalismo é a “tendência a aplicar as formas de autoridade e proteção características de um pai na família convencional às relações políticas, trabalhistas etc.” (PATERNALISMO, 2022), enquanto que libertário é definido como “que ou o que é partidário da liberdade absoluta” (LIBERTÁRIO, 2022). Enquanto o primeiro possui uma conotação negativa para muitos economistas tradicionais, sobretudo na liberal Escola de Chicago, o segundo não é particularmente bem-querido pelas novas gerações de cientistas sociais pós-modernos, principalmente no Sul Global. Thaler e Sunstein (2003) apontam que esta rejeição ao paternalismo é baseada em uma falsa premissa e dois equívocos.

A falsa premissa é de que as pessoas sempre (geralmente?) fazem escolhas que sejam de seu melhor interesse. [...] O primeiro equívoco é que existem alternativas viáveis

¹⁹ “Prospect theory distinguishes two phases in the choice process: an early phase of editing and a subsequent phase of evaluation. The editing phase consists of a preliminary analysis of the offered prospects, which often yields a simpler representation of these prospects. In the second phase, the edited prospects are evaluated and the prospect of highest value is chosen” (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979, p. 274).

ao paternalismo. Em muitas situações, algum agente ou organização *precisa* tomar uma decisão que irá afetar as escolhas de outras pessoas. Isso se aplica tanto para atores privados, como públicos. [...] O segundo equívoco é que paternalismo sempre envolve coerção (THALER; SUNSTEIN, 2003, p. 175, tradução nossa²⁰).

Apesar de aparentemente contraditórios, os termos são juntados pelos autores com a justificativa de que o paternalismo é legítimo para arquitetos da escolha (*choice architects*) – pessoa ou organização que influencia as escolhas ao definir como as opções são apresentadas através da arquitetura de escolhas (SAMSON, 2015) – tentarem influenciar a vida das pessoas para tornar suas vidas melhores, de acordo com as escolhas das próprias pessoas. “Libertário”, então é usado como um adjetivo com a simples intenção de preservar a liberdade de escolha dos indivíduos (THALER, 2019; THALER; SUNSTEIN, 2021).

Apesar da explicação, o nome nunca chegou a ser popular, levando os autores a utilizar o termo *nudge* – que se popularizou com a publicação do futuro livro *best-seller* “*Nudge: Como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade*” em 2008. O dicionário Cambridge (NUDGE, 2022) define a palavra como um empurrão leve, geralmente feito com o cotovelo, mas os autores a trazem para o sentido de um empurrãozinho, cujo escopo é influenciar positivamente as decisões dos indivíduos, sempre compreendendo seus limites cognitivos (ANDRADE, O., 2019) e pode ser dado por governos, instituições e agentes tomadores de decisões para guiar os cidadãos à determinadas ações. Em suma:

Um *nudge*, como usaremos o termo, é qualquer aspecto da arquitetura de escolhas que altera o comportamento das pessoas de uma maneira previsível sem proibir nenhuma opção ou mudar significativamente seus incentivos econômicos. Para contar como um simples *nudge*, a intervenção deve ser fácil e barata de ser evitada. *Nudges* não são impostos, multas, subsídios, proibições ou ordens. Colocar as frutas na altura dos olhos conta como um *nudge*. Proibir comidas que não são saudáveis não (THALER; SUNSTEIN, 2021, p. 8, tradução nossa²¹)

A maior compreensão da psique humana para a tomada de decisões levou a um debate importante acerca da ética por trás da arquitetura de escolhas. Monroy C. (2017) exemplifica alguns dos questionamentos sobre o tema, como o questionamento de uma potencial “manipulação oculta” na utilização de *nudge* em políticas públicas, bem como das “boas intenções” do Estado na hora de influenciar nas decisões dos cidadãos e até o verdadeiro lugar

²⁰ “The false assumption is that people always (usually?) make choices that are in their best interest. [...] The first misconception is that there are viable alternatives to paternalism. In many situations, some organization or agent *must* make a choice that will affect the choices of some other people. The point applies to both private and public actors. [...] The second misconception is that paternalism always involves coercion (THALER; SUNSTEIN, 2003, p. 175).

²¹ “A *nudge*, as we will use the term, is any aspect of the choice architecture that alters people’s behavior in a predictable way without forbidding any options or significantly changing their economic incentives. To count as a mere nudge, the intervention must be easy and cheap to avoid. Nudges are not taxes, fines, subsidies, bans, or mandates. Putting the fruit at eye level counts as a nudge. Banning junk food does not (THALER; SUNSTEIN, 2021, p. 8).

da autonomia individual e do livre arbítrio quando se é utilizado um *nudge*. Além destas discussões, o uso de *nudges* em intervenções que dificultam a tomada de decisão ou influenciam o indivíduo de maneira negativa é chamado de *sludge*, e pode ocorrer de duas maneiras: desencorajando um comportamento de interesse individual para a pessoa e/ou encorajando um comportamento contraproducente para ela (THALER, 2018).

Contudo, estas questões podem ser resolvidas apenas preservando os atributos considerados primordiais para a caracterização de um *nudge*. Como mostrado anteriormente, a intenção destas intervenções é influenciar de maneira positiva as decisões individuais, e para isso, como aponta Sunstein (2015), devem ser transparentes e francos, sobretudo quando executados por agentes públicos, sendo passível de análise e investigação por parte da população. O autor mostra que outra característica fundamental é a necessidade de testes empíricos para a implementação eficaz de um *nudge*, utilizando como base o arcabouço teórico das ciências comportamentais, seguido da experimentação com controles meticulosos, para só então colocar em prática uma iniciativa. Isso permite que ideias promissoras sejam previamente testadas e possam ser descartadas ou corrigidas antes de irem à público e produzirem um resultado indesejado.

3.4 *Nudges* em políticas públicas: as *nudge units* e o caso do Rio

O campo das ciências comportamentais vem crescendo nas últimas décadas e tem o potencial de produzir em políticas públicas uma revolução tão radical “quanto as que ocorreram na agricultura, na medicina e na tecnologia no século XX” (CHATER, 2015, p. 127). Partindo desta premissa, esta seção mostra a importância da união entre os campos, além de seus mecanismos de institucionalização – *nudge units* – e a realidade prática dos países em desenvolvimento.

A aplicação de métodos científicos ao comportamento humano reduz incertezas sobre a efetividade de novas ideias e tecnologias, favorecendo a inovação através de quatro pontos: dando clareza à definição do problema ao identificar os comportamentos chave para o sucesso da iniciativa; identificando as oportunidades e as ameaças para o comportamento dentro do contexto de implementação; propondo ideias para melhor influenciar a mudança comportamental; e avaliando as soluções testadas para saber se são de fato eficazes (RUBINSTEIN, 2020). Ainda que estes processos “possam ajudar no desenvolvimento de novas ferramentas políticas, melhorar as previsões sobre os efeitos de políticas já existentes e gerar novas implicações sobre bem-estar” (CHETTY, 2015 apud SAMSON, 2016, p. 8,

tradução nossa²²), há muitos desafios para sua implementação no setor público, sobretudo devido às regras burocráticas que o regem (NETTO, 2020 apud SENNA, 2022).

Um dos caminhos para a superação destes desafios é a criação de novas instituições dentro do organograma estatais voltadas para o estudo e a prática das ciências comportamentais. Autores como Sunstein (2015) e Angawi e Hasanian (2018) apontam que este tipo de abordagem para a institucionalização do campo é vantajoso pois envolve uma equipe dedicada e especializada, com expertise para formular experimentos práticos e arcabouço teórico para sustenta-los. A primeira destas instituições – popularmente conhecidas como *nudge units* – foi criada pelo gabinete do então primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, em 2010, com o nome de *Behavioral Insights Team* (BIT).

A missão oficial do Behavioral Insights Team era ampla: conseguir impacto significativo em pelo menos duas áreas importantes de políticas; disseminar a compreensão de abordagens comportamentais em todo o governo; e alcançar um retorno de pelo menos dez vezes o custo da unidade. A ideia básica era usar os achados da ciência comportamental para melhorar o funcionamento do governo (THALER, 2019, p. 345).

Nos Estados Unidos, lugar onde surgiu o *nudge*, a primeira *nudge unit* federal foi instituída pela Ordem Executiva 13.707, de 15 de setembro de 2015, durante o governo de Barack Obama. A ordem institucionalizou o grupo conhecido como *Social and Behavioral Sciences Team* (SBST) após quase um ano de colaborações exitosas com outras agências federais do país, além de passar diretrizes para a aplicação das ciências comportamentais em políticas públicas dentro dos diferentes órgãos do governo (ANDRADE, O., 2019). A partir de então, houve uma grande popularização das *nudge units* pelo mundo. Apenas 8 anos após a criação do BIT, um levantamento da OCDE de 2018 apontou a existência de 202 instituições no mundo com equipes voltadas para o estudo e a aplicação das ciências comportamentais como um todo, não apenas *nudges*, sejam pertencentes ao setor público, privado, terceiro setor ou a organizações internacionais (NARU, 2018).

O levantamento mostra poucas instituições localizadas no Sul Global, mas dentre elas cabe destacar a NudgeRio. Alocada na Fundação João Goulart (FJG) – instituto da Prefeitura do Rio de Janeiro para investimento na gestão pública e capacitação dos servidores – é a primeira *nudge unit* governamental do Brasil (EL-JAICK, 2021; SENNA, 2022) e única de caráter municipal no Sul Global (NARU, 2018). Apesar da NudgeRio ter sido fundada oficialmente apenas em 2018, a FJG já vinha aplicando os primeiros *nudges* do setor público brasileiro desde 2014, através dos Grupos Transversais de Trabalho (GTTs) dentro do Programa

²² “can help in the development of new policy tools, improve predictions about existing policies’ effects, and generate new welfare implications” (CHETTY, 2015 apud SAMSON, 2016).

Líderes Cariocas (PLC)²³ (EL-JAICK, 2021). Segundo Senna (2022), a ideia de trabalhar com *insights* comportamentais na cidade do Rio foi trazida pelo então presidente da FJG, José Moulin Netto, após a participação em diversas conferências sobre o tema e poder observar seus impactos positivos nas políticas públicas.

Nestes quatro anos de fundação, a NudgeRio foi responsável por pelo menos 10 projetos em diversas áreas, como: aumento da arrecadação do IPTU; melhora do desempenho dos estudantes no simulado do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); incentivo à leitura; combate à violência de gênero; manutenção do isolamento social durante a pandemia de COVID-19; adesão ao tratamento da tuberculose; aumento das matrículas online na rede pública de ensino; e melhoria da acessibilidade dos pedestres (ANDRADE, O., 2019; RIBEIRO; ALVES, R., 2020; EL-JAICK, 2021; SENNA, 2022). Esta última intervenção foi realizada em 2018 com o nome de *Travessia + Legal*, e tinha por objetivo reduzir o número de travessias indesejadas em uma via não sinalizada, contribuindo, assim, para a segurança viária (RIBEIRO; ALVES, R., 2020). Ao final do experimento, o objetivo foi alcançado, reduzindo a movimentação indesejável de pedestres em 30% (FJG, 2018).

O relativo sucesso da NudgeRio ajuda a trazer uma luz para a administração pública na América Latina, carente de novos atores e tecnologias, e sempre pressionada por “fortíssimas exigências em dar respostas aos anseios e expectativas concretas da sociedade” (CAVALCANTI, 2018). Ainda assim, como mostra Otavio Morato de Andrade (2019), um dos maiores obstáculos que a instituição enfrenta é a restrição orçamentária, que bloqueou ao menos dois projetos promissores para a área de mobilidade urbana, por exemplo. Além disso, ao analisar o caso do México, Lerner e Arias (2017) mostram também que apesar de cada vez mais populares, as intervenções comportamentais não se espalharam pelo mundo de maneira uniforme. Os autores apontam que estes países enfrentam outros desafios substanciais para o desenvolvimento do campo comportamental em políticas públicas, como a já citada resistência a inovações no âmbito governamental, a infinita burocracia e as políticas de cunho populistas, mais caras e menos efetivas – opostas ao que é proposto pelos *nudges*.

Um paradoxo cruel das nações em desenvolvimento é que a sua falta de desenvolvimento tende a prevenir a implementação das mesmas ideias e programas que poderiam acelerá-lo. A implementação da economia comportamental nas políticas públicas cai justamente neste paradoxo (LERNER; ARIAS, 2017, p. 70, tradução nossa²⁴).

²³ Programa de capacitação para os servidores municipais do Rio de Janeiro.

²⁴ “A cruel paradox of developing nations is that their lack of development tends to prevent the implementation of the very same ideas and programs that could help accelerate it. The implementation of BE in public policy falls squarely in this paradox (LERNER; ARIAS, 2017, p. 70).

Apesar de ser um campo em ascensão nos últimos anos, o uso de ciências comportamentais na formulação e desenvolvimento de políticas públicas no Brasil ainda é escasso (MENEQUIN; ÁVILA, 2015; ANDRADE, O., 2019), sendo ainda mais distante da Ciência Política brasileira como uma área de estudo. A importância da academia no processo de disseminação e popularização das ciências comportamentais e a necessidade de iniciar esta trajetória de alguma maneira nos países em desenvolvimento, descritas por Lerner e Arias (2017) como oportunidades para resolver alguns dos desafios do campo, vão de encontro direto com o objetivo deste trabalho. Desta forma, o próximo capítulo traz algumas iniciativas comportamentais, implementadas no Sul Global, e que – seguindo o meticuloso processo de análise, testagem e implementação – podem vir a ser trazidas para o Rio de Janeiro na busca pelo desenvolvimento sustentável, com o cumprimento das metas do PDS e da Agenda 2030.

4. MUDANDO HÁBITOS: INTERVENÇÕES DO MUNDO PARA O RIO

Este capítulo primeiramente mostra a abordagem metodológica condutora desta pesquisa, sendo por característica qualitativa e exploratória, utilizando como base complementar a literatura do campo da política comparada e, depois, elucidando como foi construído o banco de dados e como devem ser lidos os casos analisados. Na sequência é apresentado o resultado prático da pesquisa, com 15 casos de experimentos comportamentais realizados pelo Sul Global que condizem com o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da cidade do Rio, trazendo seus objetivos e resultados principais.

4.1 Metodologia

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de caráter exploratória, desenvolvida através das técnicas de pesquisa bibliográfica e análise documental e utilizando de forma complementar o método comparativo.

A classificação como qualitativa se dá por sua característica indutiva e a utilização de procedimentos interpretativos na construção, análise e representação de dados, tendo a compreensão acerca de contextos socioeconômicos e culturais como um de seus elementos chave. Estes fatores corroboram com a classificação feita por Moresi (2003, p. 71), apontando que os “métodos qualitativos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação”. Apesar dos resultados das iniciativas que serão apresentados e das metas da Agenda 2030 e do PDS serem quantificáveis, isto não interfere na classificação desta pesquisa como qualitativa, visto que não se tem por objetivo qualquer experimento prático na realidade carioca.

Dentro deste escopo qualitativo, opta-se por uma pesquisa de caráter exploratório, visto que existe: a) pouca literatura sobre a adoção prática de *nudges* em políticas públicas no Brasil; b) pouca literatura sobre a adoção prática de *nudges* para o cumprimento da Agenda 2030; e c) nenhuma literatura sobre o PDS – ainda que este último seja compreensível devido à sua recente confecção. Desta forma, o estudo exploratório permite um maior contato com este tema que possui poucas investigações sistematizadas (DANESI et al., 2020; MORESI, 2003; TRIVIÑOS, 1987), sendo importante “uma pesquisa não apenas para conhecer o tipo de relação existente, mas sobretudo para determinar a existência de relação” (RICHARDSON, 1999, p. 17).

As técnicas de análise documental e pesquisa bibliográfica são aplicadas em três caminhos diferentes, com a construção histórica da Agenda 2030 da ONU, seguida pelo arcabouço teórico para a compreensão da economia comportamental e do conceito de *nudge* e finalizada com a análise documental das intervenções comportamentais aplicadas no Sul Global, congruentes com o PDS do município do Rio. A revisão aqui apresentada de maneira alguma esgota a literatura sobre os temas, mas é de fundamental importância para oferecer a fundamentação teórica para a execução da pesquisa (MORESI, 2003).

Por fim, é necessário também entender a importância do método comparativo para a consolidação desta pesquisa. Segundo Sartori (1979, p. 204), quando “a experimentação é impossível, e quando faltam dados pertinentes e suficientes para um tratamento estatístico” há que se implementar o método comparativo. Como apontado anteriormente, esta pesquisa não tem por objetivo a experimentação dos casos mostrados, nem é plausível de aferição estatística devido à própria natureza dos *nudges* de adaptação ao ambiente de implementação. Além disso, a delimitação no espaço geográfico do Sul Global pode ser justificada a partir da obra de Lucca (2008) sobre a adaptação da política comparada para análises subnacionais, podendo “ser utilizado como uma ferramenta para obter contrastes mais confiáveis e, portanto, gerar a possibilidade de construir inferências causais com maior rigor” (LUCCA, 2008, p. 9, tradução nossa²⁵).

4.2 Juntando os casos do Sul Global com o PDS

A análise dos casos aqui identificados foi construída a partir de quatro requisitos: 1) realização em algum país do Sul Global; 2) utilização de mecanismos comportamentais claros; 3) resultados práticos e mensuráveis, ainda que em pequena escala; 4) congruência com pelo menos uma das 134 metas descritas no Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática do Rio. No que tange a Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, não é necessário fazer uma análise para identificar quais ODS são cumpridos em cada iniciativa, já que o PDS contém a Agenda Rio 2030, que retrata os ODS em duas escalas: “a relação principal e secundária dos 17 ODS com as 23 Aspirações do plano e a relação principal e secundária das 169 metas ODS Brasil com as 134 metas do plano” (PDS, 2021, p. 35).

Das quase 130 iniciativas mapeadas, apenas 15 cumprem os quatro requisitos considerados fundamentais para esta pesquisa. Cada uma delas foi identificada por um código, composto pela abreviação de três letras do país de implementação segundo o sistema ONU

²⁵ “ser utilizado como una herramienta para obtener contrastaciones más fiables y, por lo tanto, generar la posibilidad de construir inferencias causales con mayor rigurosidad” (LUCCA, 2008, p. 9).

(2022), e uma numeração de acordo com a ordem em que foram inseridas no banco de dados. A Tabela 9 apresenta o resultado final desta pesquisa, descrevendo também os objetivos e resultados de cada um dos casos encontrados.

Tabela 9: Intervenções comportamentais que podem ser aplicadas ao PDS.

Código	Objetivos	Resultados	PDS	ODS	Referência
ARG001	Aumentar a separação de resíduos entre recicláveis e não-recicláveis e reforçar a data de descarte a partir de cartas informativas e calendários temáticos	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento de 31% na separação de lixo reciclável (14% a mais que o grupo controle) após 2 semanas; . Entre 3 e 6 semanas após o experimento, 80% dos participantes afirmaram terem guardado o material informativo; . Bom custo-benefício, com custo de US\$ 0,55 por participante. 	MCR 1.1	Principais: 2.4, 11.6, 12.4 e 12.5 Secundários: 4.7, 13.3, 14.1, 14.c e 17.14	EMBED; DIE, 2019
ARG002	Fomentar o desenvolvimento de habilidades pessoais, promoção da equidade nos papéis de gênero, inscrição escolar e uso dos serviços de saúde entre jovens meninas através de treinamentos socioemocionais.	<ul style="list-style-type: none"> . Efeito positivo sobre as crenças e atitudes de igualdade de gênero; . Aumento de 30% no uso de serviços de saúde pública; . Aumento de 30% no uso de métodos contraceptivos modernos; . Efeitos positivos sobre as relações interpessoais das participantes, refletidas no dia-a-dia da sala de aula. 	IE 4.7	Principais: 5.b, 5.c e 10.2 Secundários: 4.5 e 4.c	EMBED, 2020b
ARG003	Melhorar a empregabilidade de jovens através de módulos de desenvolvimento socioemocional.	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento de 5% na taxa de jovens inscritos nos serviços de capacitação vocacional e prática profissional; . Intervenção não levou a melhores resultados na graduação dos cursos ou nas taxas de empregabilidade – explicado por possíveis questões estruturais. 	IE 3.1	Principais: 8.6 e 8.b Secundário: 4.4	EMBED, 2020c
MAR001	Aumentar a frequência escolar de crianças de baixa renda em áreas rurais através de um programa de transferência de renda rotulado (<i>labaled cash transfer - LCT</i>), que é pago ao pai ou a mãe – em grupos experimentais diferentes – não condicional à frequência escolar da	Ao longo de dois anos: <ul style="list-style-type: none"> . LCTs reduziram as taxas de evasão em 70% entre os que entraram junto ao programa; . LCTs aumentaram a taxa de reingresso em 85% entre aqueles que haviam abandonado antes do início do programa; . LCTs reduziram a taxa de crianças que nunca foram à escola em 43%; . LCTs tiveram impactos 	IE 2.1, 2.2 e 4.2	Principais: 1.a, 1.b, 4.1, 4.2 e 4.6 Secundários: 10.2, 10.6, 15.9, 17.8 e 17.15	BENHASSINE et al., 2013

	criança, mas explicitamente rotulado como um programa de apoio à educação.	positivos, embora estatisticamente não relevantes, nas notas de matemática e linguagens dos alunos; . LCTs ajudaram a aumentar a percepção dos pais sobre a importância da educação.			
MDV001	Promover a quebra de estereótipos de gênero sobre o papel da mulher na sociedade e no mercado de trabalho, a partir da interação com uma bem-sucedida atleta profissional de futebol – ambiente tradicionalmente dominado por homens.	. Aumento da percepção sobre a importância da mulher no mercado de trabalho; . Menor tolerância aos estereótipos de gênero; . Maior aceitação familiar sobre o papel que as filhas podem desempenhar na sociedade, diferente dos valores tradicionais.	IE 4.6 e 4.7	Principais: 5.b, 5.c e 10.2 Secundários: 4.3, 4.5 e 4.c	EMBED, 2019
NIC001	Programa de transferência de renda condicional (<i>conditional cash transfer</i> – CCT) com duração de um ano, voltado para famílias rurais em situação de extrema pobreza e afetadas por uma seca severa, coordenado por lideranças femininas que interagiam com as famílias.	. Aumento de 9,7% na frequência escolar das crianças e de 2% no gasto com comidas de maior valor nutricional nove meses após o fim do programa, entre famílias expostas a uma liderança feminina; . Dois anos após o fim do programa, famílias que interagiram com lideranças femininas investiram 25% a mais na educação das crianças que famílias que não interagiram; . A renda das famílias cuja renda provém de atividades não-agrícolas aumentou em US\$ 3,30 (40%) <i>per capita</i> - aumento significativo no contexto de extrema pobreza; . Aumento de 20% na aspiração de ver as crianças mudarem de vida entre as famílias que interagiram com uma liderança feminina.	IE 4.2	Principais: 1.a e 1.b Secundários: 15.9 e 17.15	EMBED, 2018d
PAK001	Por meio do uso de experimentos de realidade virtual, promover a interação social em uma cidade extremamente heterogênea, através da relação entre o desenho dos espaços públicos e	. Melhorar os elementos do design urbano aumentaram a percepção do espaço público como um lugar atrativo, mas não aumentaram a coesão social; . A disposição dos participantes em retornar	LB 2.3	Principais: 3.d, 11.6 e 11.7 Secundários: 17.14 e 17.17	EMBED, 2020a

	<p>a disposição da população de utilizá-los e, entre uma maior exposição a diversos grupos étnico-sociais e a disposição de confiar, interagir e olhá-los positivamente.</p>	<p>ao espaço aumentou entre 9% e 13%, independentemente da presença de outros grupos sociais;</p> <ul style="list-style-type: none"> . Participantes mais pobres e com menor escolaridade demonstraram menos disposição a retornar ao espaço público; . A exposição à diversidade social fez com que os participantes se sentissem mais pertencentes a seu próprio grupo, ao invés de promover uma interação; . A realidade virtual se provou uma ferramenta importante para a compreensão de comportamentos sociais. 			
PAK002	<p>Explorar os efeitos de incentivos em dinheiro aliados à terapia cognitivo-comportamental para pequenos e médios empreendedores em áreas de conflito, visando reduzir os casos de depressão e ansiedade e promover o bem-estar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> . A terapia levou a uma significativa redução na intensidade dos sintomas de ansiedade e depressão e um aumento nos níveis de bem-estar; . Um maior impacto foi observado 3 meses após a intervenção, mostrando que os efeitos podem ser incrementados com o tempo; . A intervenção foi mais significativa para aqueles que possuíam sintomas leves a moderados de depressão ou ansiedade; . O modelo utilizado é de bom custo-benefício e pode ser readaptado de acordo com o contexto de implementação. 	<p>IE 2.12 e LB 5.10</p>	<p>Principais: 3.6, 3.8, 4.3 e 4.c</p> <p>Secundários: 4.4, 5.4, 8.3, 8.8 e 17.8</p>	<p>EMBED, 2020d</p>
PER001	<p>Reduzir as taxas de abstenção de professores (média de 12.5 dias por ano ou 7%) e diretores (média de 30.5 dias por ano ou 17%), que afetam diretamente as capacidades de leitura e raciocínio matemático dos alunos, através de e-mails com os taxas de presença no distrito escolar ou falando sobre os benefícios da presença na</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento de 4% na presença dos diretores, equivalente a 7 dias letivos; . Não houve impacto na presença dos professores; . Intervenção basicamente sem custo para o governo peruano. 	<p>IE 2.12</p>	<p>Principais: 4.3 e 4.c</p> <p>Secundário: 17.8</p>	<p>EMBED, 2018c</p>

	performance dos estudantes				
PER002	Estimular a mentalidade de crescimento (<i>growth mindset</i>) nos estudantes para melhorar seu desempenho escolar.	<ul style="list-style-type: none"> . Melhora total de 5% na média dos resultados das provas de matemática entre alunos do 8º ano e sem efeito nas avaliações de linguagens; . Apesar de não ter tido efeito em uma região, em duas outras os resultados nas provas de matemática e linguagens melhoraram 14% e 9%; . Os resultados são equivalentes a 4 meses de aulas; . Teve custo-benefício altíssimo, de US\$ 0,20 por aluno. 	IE 2.1	Principal: 4.6 Secundários: 10.2 e 10.6	EMBED, 2018a
ZAF001	1 – Aferir o impacto da presença dos alunos em centros recreativos MOD (<i>Mass participation; Opportunity and access; Development and growth</i>) em seus resultados acadêmicos; 2 – Utilizar mensagens enviadas aos pais como mecanismo para aumentar o envolvimento e a presença dos alunos nos centros MOD.	<ul style="list-style-type: none"> . Média de 25,6 (39%) alunos a mais nos centros MOD por dia frente ao grupo controle; . Aumento entre 2% e 4% nas notas de matemática dos alunos do 6º que frequentavam os centros MOD; . Frequência de crianças cujos pais receberam mensagens, foi 7% maior entre aquelas que não tinham frequentado o centro no mês anterior e 3% entre aquelas que tinham frequentado ao menos uma vez. 	IE 2.1 e 2.7	Principais: 4.1, 4.2 e 4.6 Secundários: 10.2 e 10.6	WCG, 2017a
ZAF002	Reduzir o consumo de energia dentro dos prédios públicos a partir de intervenções comportamentais por e-mail, primeiramente com informações e dicas, e depois mantendo esta intervenção, juntamente com uma competição entre os andares e uma competição entre os andares com "advogados da economia de energia".	<ul style="list-style-type: none"> . Apenas informações e dicas levaram a uma redução de 2% no consumo; . A competição entre os andares levou a uma redução de 7% no consumo; . A competição entre os andares com os "advogados" levou a uma redução de 14% no consumo. 	GOV 2.1	Principal: 17.14 Secundários: 7.3 e 9.4	WCG, 2017b
ZAF003	Estimular a mentalidade de crescimento (<i>growth mindset</i>) nos estudantes	<ul style="list-style-type: none"> . Motivação para estudar aumentou 13% entre os estudantes que participaram de todas as sessões; 	IE 2.1	Principal: 4.6 Secundários: 10.2 e 10.6	EMBED, 2018b

	para melhorar seu desempenho escolar.	. As notas de matemática aumentaram 4,36 pontos (11%) e 6,76 pontos (17%), respectivamente, nas duas provas seguintes à intervenção, subindo de uma média de 39 pontos para 45,76 (máximo 100 pontos).			
ZAF004	Reduzir as taxas de violência contra jovens utilizando um aplicativo de celular que combate o viés do <i>status quo</i> e estimula a escolha ativa de atividades mais seguras aos fins de semana.	. Propensão a participar de atividades consideradas inseguras e chance de vivenciar uma situação de violência caíram pela metade; . Os participantes eram 61% mais propensos a admitir que não se sentem seguros.	CP 3.3	Principais: 10.3, 10.4, 11.3, 11.a, 16.1 e 16.3 Secundários: 3.1, 4.5, 5.2 e 5.a	WCG, 2017c
ZAF005	A partir de incentivos comportamentais para a prática de exercícios, juntamente com competições de passos dados por dia (medidos por um pedômetro), fomentar a prática de atividades físicas para a redução da obesidade e a melhora na saúde.	. 70% dos participantes perderam peso, com uma média de 2,8 quilogramas por pessoa; . O Índice de Massa Corporal (IMC) destes participantes também caiu de >31 (considerado Obesidade Grau I) para <30; . Participantes também tiveram uma redução nas medidas de cintura, peito e coxas, além de uma melhora em suas capacidades físicas.	LB 1.2	Principais: 2.2 e 3.d Secundários: 9.3 e 9.4	WCG, 2017d

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nas referências indicadas.

Observa-se que dentro dos casos analisados há uma predominância daqueles que se encaixam no Tema Transversal Igualdade e Equidade (9), voltados principalmente às Aspirações ligadas à educação e à promoção de inclusão e diversidade. Dois casos se encaixaram no TT Longevidade e Bem-estar, enquanto que os TTs Cooperação e Paz, Mudanças Climáticas e Resiliência e Governança tiveram um caso cada.

A relação com mais de um Tema Transversal foi observada apenas no caso PAK002, sendo relacionado tanto à Aspiração de Ensino de Qualidade (IE2), quanto à Aspiração de Saúde Pública de Excelência (LB5). Este caso é particularmente interessante por abordar os efeitos do estresse crônico e de doenças psíquicas – como ansiedade e depressão – em regiões de fragilidade social, violência e conflito sobre pequenos e médios empresários. A distribuição de incentivos em dinheiro aliados de sessões terapia cognitiva-comportamental em grupo no projeto desenvolvido pela *Mind, Behavior, and Development Unit* (eMBeD), *nudge unit* do

Banco Mundial, no Paquistão, levou a uma significativa redução na intensidade dos sintomas de ansiedade e depressão, bem como um aumento nos níveis de bem-estar dos participantes, a curto e médio prazo. Os organizadores do estudo ressaltam que “este modelo de treinamento, supervisão e avaliação pode ser adaptado para outros grupos de beneficiários” (EMBED, 2020d, p. 2, tradução nossa²⁶), o que pode ser um atrativo para adaptá-lo ao setor público carioca visando a saúde dos professores (IE 2.12) e a prevenção de doenças ocupacionais (LB 5.10), sobretudo daqueles afetados diretamente pela crescente violência no município.

Algumas intervenções se basearam na utilização de *nudges* aliada à promoção de competições saudáveis entre colegas de trabalho para a redução do consumo de energia em prédios públicos (ZAF002) e para a incentivar a prática de atividades físicas buscando a redução dos índices de obesidade (ZAF005). Outras se basearam em métodos de desenvolvimento socioemocional para promover uma maior participação de jovens no mercado de trabalho (ARG003), a melhora do desempenho dos alunos (PER002, ZAF003) ou a ressignificação dos papéis de gênero (ARG002, MDV001). O caso das Maldivas utiliza um pequeno *nudge*, também observado no estudo conduzido na Nicarágua (NIC001), que é a presença de uma figura feminina para influenciar os participantes.

Uma questão importante, sobretudo em uma situação de crise econômica e restrição orçamentária, é a otimização de recursos e a redução de gastos do Estado. As intervenções ARG001 e PER002 trazem exemplos de resultados significativos – 31% de aumento na separação de resíduos recicláveis na Argentina; 5% de aumento nas notas de matemática dos alunos de 8º ano, podendo chegar a 14% em algumas regiões – em áreas diferentes e a um custo baixo – US\$ 0,55 (R\$ 2,84²⁷) por participante e US\$ 0,20 (R\$1,03²⁸) por participante, respectivamente.

Um dos projetos que promove inovação, uma nova maneira de abordar os tradicionais programas de transferência de renda condicional (*conditional cash transfer* – CCT) é o MAR001. Implementado no Marrocos, esse estudo busca aumentar a frequência escolar de crianças de baixa renda em áreas rurais mudando uma característica fundamental do programa: a condicionalidade. A implementação de um programa de transferência de renda rotulado (*labeled cash transfer* – LCT) explicitamente como um programa de apoio à educação e pago tanto às mães, quanto aos pais – enquanto os CCTs tradicionais são pagos somente às mães –

²⁶ “This model of training, supervision, and evaluation may be adapted for other beneficiary groups” (EMBED, 2020d, p. 2).

²⁷ Câmbio oficial do dia 05/08/2022: US\$ 1,00 = R\$ 5,167 (UOL ECONOMIA, 2022).

²⁸ Câmbio oficial do dia 05/08/2022: US\$ 1,00 = R\$ 5,167 (UOL ECONOMIA, 2022).

obteve resultados expressivos ao longo dos dois anos que esteve em vigor, com uma redução de 70% nas taxas de evasão escolar e de 43% na taxa de crianças que nunca foram à escola, enquanto elevou em 85% o reingresso de alunos que haviam abandonado o estudo. Esta pequena mudança de uma imposição para um *nudge* também promoveu uma maior consciência dos pais acerca da importância da educação, um exemplo de ganho não quantitativo com efeitos de longo prazo trazido pela intervenção comportamental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como este trabalho mostrou, há 50 anos a comunidade internacional busca uma forma de progredir nos aspectos econômico e social enquanto mitiga os efeitos ambientais deste processo. Enraizar a ideia de desenvolvimento sustentável foi um importante passo, assim como elaborar agendas globais de cooperação centradas nas Nações Unidas, sem o caráter assistencialista Norte-Sul das agências de fomento ao desenvolvimento dos países desenvolvidos. Mesmo possuindo diversas limitações para sua devida implementação, a mais latente dela sendo seu caráter recomendatório e não coercitivo, os ODS continuam se mostrando uma ferramenta para a promoção de um futuro mais justo e próspero.

Além disso, a descentralização do desenvolvimento humano como papel não só do Estado Nacional, mas também da sociedade civil, dos órgãos subnacionais e internacionais, do terceiro setor e da iniciativa privada, mostrou-se uma força motriz para que mais projetos como o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da cidade do Rio sejam realizados. Mais uma vez o Rio de Janeiro mostra seu protagonismo com uma agenda bem-estruturada, apresentando de forma clara objetivos reais e plenamente alcançáveis para o ciclo relativo à agenda global em vigor e estabelecendo diretrizes para os planejamentos necessários para as décadas de 2030 e 2040.

A característica inovadora da Agenda 2030 abre espaço para que métodos científicos advindos de campos ainda em consolidação como das ciências comportamentais ganhem destaque. O trabalho não esgota os temas de comportamento, principalmente por se debruçar sobre aspectos básicos para a compreensão da economia comportamental, sem estender muito para as áreas como neurociência e psicologia, por exemplo. Ainda assim, foi capaz de mostrar a necessária capacidade adaptativa de *nudges* e outras intervenções comportamentais em países do Sul Global – dado que são teorias nascidas no Norte – e em diferentes áreas de atuação. Sua utilidade em prol do desenvolvimento sustentável também pode ser destacada nos casos citados, abordando temas como reciclagem, educação, saúde, energia, dentre outros.

Há que se destacar que esta pesquisa por sua natureza também possui características inovadoras, visto que existem poucos trabalhos abordando a prática de intervenções comportamentais em políticas públicas no Brasil, poucos artigos abordando a utilização de *nudges* e outras técnicas do tipo para o cumprimento da Agenda 2030 e nenhuma publicação sobre o PDS. Por esta razão, espera-se que a presente pesquisa contribua para a literatura,

fomentando o debate sobre a interseção entre o desenvolvimento sustentável e os estudos sobre ciências comportamentais.

No Brasil e no exterior, cidades como São Paulo, Recife, Bogotá, Medellín e Cidade do Cabo já possuem planos de ação semelhantes ao PDS, o que demonstra um interesse neste esforço coletivo global pelo desenvolvimento sustentável e abre portas para ações inovadoras como a descrita na pesquisa. Em um Sul Global gradativamente mais vulnerável às mudanças climáticas e em busca de soluções cada vez mais urgentes para seu desenvolvimento, o caráter objetivo e prático da metodologia implementada neste trabalho permite que seja replicado nestes e em outros lugares com o intuito de aproximar as duas áreas de conhecimento e fomentar novas formas de se desenvolver.

Cabe ressaltar mais uma vez que, de forma a não desqualificar o levantamento feito, as intervenções apresentadas não devem ser implementadas no Rio de Janeiro, ou em qualquer outro lugar, sem uma prévia comprovação de sua eficácia através de testes controlados e evidências empíricas, já que isto violaria alguns dos princípios básicos destas iniciativas. Ainda assim, cria-se uma expectativa de que os casos aqui indicados possam sim ser adaptados e submetidos a experimentos práticos em prol desenvolvimento sustentável da cidade em pesquisas futuras, ajudando também na popularização destas práticas e da própria NudgeRio como instituição.

A aplicação de intervenções comportamentais nas políticas públicas evoluiu e se popularizou nos últimos anos, e resultados de médio e longo prazo como os observados no Marrocos (MAR001), na Nicarágua (NIC001) e no Paquistão (PAK002) demonstram que esta pode ser de fato uma ferramenta de transformação social duradoura. Restando pouco mais da metade do tempo previsto para o fim do ciclo estipulado em 2015, projetos como os indicados pela pesquisa, aliados de planos de desenvolvimento devidamente estruturados, se mostram cada vez mais necessários para de fato “alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada” (ONU, 2015, p. 2), como previsto no Artigo 2 da Agenda 2030.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. 1. ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

ALVES, José Augusto Lindgren. A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e os paradoxos de Copenhague. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 146-166, Jun. 1997. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-73291997000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/wG3qjNqrTKyMdsGfnFRzC7d/?lang=pt#>. Acesso em: 9 jul. 2022.

_____. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. [S. l.: s. n.], 2001. 430 p. v. 3. ISBN 8588270048, 9788588270046. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=z2LLE3uEhOIC&oi=fnd&pg=PA11&dq=confer%C3%A0ncias+onu+d%C3%A9cada+1990&ots=f8L3XeIEhs&sig=HxUauMeTdRyPvd6l4981YHcAH4w&redir_esc=y#v=onepage&q=confer%C3%A0ncias%20onu%20d%C3%A9cada%201990&f=false. Acesso em: 5 jul. 2022.

ANDRADE, Leticia Cunha. A resposta brasileira aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: o papel do governo nacional e o envolvimento de governos subnacionais. **Estudos Internacionais**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 291-320, Jul./Dez. 2014.

ANDRADE, Otavio Morato de. NudgeRio: um caso de aplicação de Ciência Comportamental às Políticas Públicas. **Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, [s. l.], n. 16, p. 111-124, 1º Semestre 2019.

ANGAWI, Ahmad F.; HASANAIN, Wiam A. The Nuts and Bolts of Behavioral Insights Units. In: SAMSON, Alain (ed.). **The Behavioral Economics Guide 2018**. [S. l.]: Behavioral Science Solutions Ltd, 2018. cap. Applications, p. 24-35. ISBN 2398-2020. Disponível em: www.behavioraleconomics.com. Acesso em: 31 jul. 2022.

ANNAN, Kofi A. **We the Peoples: The Role of the United Nations in the 21st Century**. New York: Department of Public Information of the United Nations, 2000. 80 p.

_____. **Road map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration**. AG Index: A/56/326, 6 set. 2001

APRIGIO, André Edson Ribeiro de Souza. **A paradiplomacia e a atuação internacional de governos subnacionais**. Orientador: Isabel Estrada Carvalhais. 2015. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade do Minho, [S. l.], 2015. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35618/1/Andr%C3%A0%20Edson%20Ribeiro%20de%20Souza%20Aprigio.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

ARAÚJO, Ana Beatriz Arantes. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Brasil: uma análise da governança para implementação entre 2015 e 2019**. Orientador: Marrielle Maia Alves Ferreira. 2020. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) -

Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.163>. Acesso em: 6 ago. 2022.

ARAÚJO, José David de. A Inovação nos ODS: A inovação como fator histórico de progresso. **Cadernos**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 39-51, jan. 2019. ISSN 2595-2412. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/54>. Acesso em: 26 set. 2021.

BARROS, Gustavo. Herbert A. Simon e o conceito de racionalidade: limites e procedimentos. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 455-472, Jul. - Set. 2010. Disponível em: https://gustavo.barros.nom.br/public/BarrosG_2007_Herbert%20A.%20Simon%20e%20o%20conceito%20de%20racionalidade.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

BARTHEL JR., Christopher E. The United Nations Conference on the Human Environment Its Implications for Air Pollution Prevention Associations. **Journal of the Air Pollution Control Association**, [s. l.], p. 950-954, 1972. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00022470.1972.10469733>. Acesso em: 3 jul. 2022.

BENHASSINE, Najy; DEVOTO, Florencia; DUFLO, Esther; DUPAS, Pascaline; POULIQUEN, Victor. Turning a shove into a nudge? A "labeled cash transfer" for education. **NBER Working Paper Series**, Cambridge, MA, n. Working Paper 19227, July 2013. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w19227>. Acesso em: 6 ago. 2022.

BERCHIN, Issa Ibrahim; CARVALHO, Andréia de Simas Cunha. O Papel das Conferências Internacionais Sobre o Meio Ambiente para o Desenvolvimento dos Regimes Internacionais Ambientais: De Estocolmo a Rio +20. In: COSTA, Rogério Santos da; GUERRA, José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade; DIAS, Taísa (org.). **Debates Interdisciplinares VII**. Palhoça: Editora Unisul, 2016. p. 167-186.

BORBA, F. **Eleições, Campanha Eleitoral e Voto**. In: Batista, C e Echart, E. "Teoria e Prática da Política". Appris, 2017.

BOROWY, Iris. The social dimension of sustainable development at the UN: from Brundtland to the SDGs. In: DEEMING, Christopher (ed.). **The Struggle for Social Sustainability: Moral Conflicts in Global Social Policy**. Bristol, UK: Bristol University Press, 2021. cap. 5, p. 89-108. Disponível em: https://www.academia.edu/49344485/The_social_dimension_of_sustainable_development_at_the_UN_from_Brundtland_to_the_SDGs. Acesso em: 3 jul. 2022.

CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart; SANTOS, Priscilla Camargo. A Interdependência Complexa e a Questão dos Direitos Humanos no Contexto das Relações Internacionais/Complex Interdependence and the Human Rights Question in the Context of International Relations. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 71-81, dez. 2016. ISSN 2238-0604. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1584/1052>. Acesso em: 20 set. 2021. doi:<https://doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n2p71-81>.

CAIXETA, Marina Bolfarine. O Sul global na política e academia. **Observatório Brasil e o Sul**, [s. l.], 17 out. 2014. Disponível em: <https://obs.org.br/cooperacao/662-o-sul-global-na-politica-e-academia>. Acesso em: 26 set. 2021.

CAMARDELO, Ana Maria Paim; FERRI, Caroline. A importância da categoria participação nas políticas de conservação do meio ambiente a partir do disposto na ECO-92 e RIO+20. *In*: CALGARO, Cleide; BRASIL, Deilton Ribeiro; GOMES, Magno Federici (org.). **Poder de Polícia, Desenvolvimento Sustentável e Socioambientalismo**. Porto Alegre, RS: Fi, 2019. cap. 2, p. 39-58. ISBN 978-85-5696-607-0.

CAMPOS, Mariah Silva Leandro. **Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030**. Orientador: Adalmir Leonídio. 2022. 201 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Univesidade de São Paulo, Piracicaba, 2022.

CASA FLUMINENSE. **ODS Urbanos no Rio de Janeiro Metropolitano e no Brasil: Caderno de experiências de territorialização, monitoramento e incidência com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, RJ: [s. n.], Setembro 2017.

CAVALCANTI, Bianor Scelza. Introdução: Programa CAF de Governabilidade, Gerência Política e Gestão Pública. *In*: CAVALCANTI, Bianor Scelza; LIMA, Marlos; ALVARENGA, Beatriz (org.). **Impacto: O desafio das políticas públicas: Coletânea de casos do Programa de Governabilidade, Gerência Política e Gestão Pública do CAF**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2018. ISBN 978-85-85284-00-8.

CHATER, Nick. A Revolução da Ciência Comportamental nas Políticas Públicas e em sua Implementação. *In*: ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria (org.). **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. 1. ed. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015. p. 116-128. ISBN 978-85-5629-000-7. Disponível em: www.economiacomportamental.org. Acesso em: 6 ago. 2022.

CNM. **Guia para a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos municípios brasileiros: O que os gestores municipais precisam saber**. Brasília: [s. n.], 2016. 132 p. ISBN 978-85-8418-066-0.

_____. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020**. Brasília, DF: [s. n.], 2017. 140 p. ISBN 978-85-8418-086-8.

COHEN, Susan A.; RICHARDS, Cory L. The Cairo Consensus: Population, Development and Women. **Family Planning Perspectives**, [s. l.], v. 26, ed. 6, p. 272-277, Nov. - Dez. 1994. DOI <https://doi.org/10.2307/2135895>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2135895>. Acesso em: 9 jul. 2022.

COMISSÃO BRUNDTLAND. **Our Common Future**. [S.l.]. 1987.

CORRÊA, Sonia; ALVES, José Eustáquio Diniz. As Metas de Desenvolvimento do Milênio: grandes limites, oportunidades estreitas?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 177-189, Jan./Jun. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268198375_As_Metas_de_Developolvimento_do_M

ilenio_grandes_limites_opportunidades_estreitas?enrichId=rgreq-88743eb1948341b5a1c24c115fa70cc3-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI0DE5ODM3NTtBUzoyMDU5Mzg2MjQ2MDIxMTNAMTQyNjExMTAwMjYxNg%3D%3D&el=1_x_3&_esc=publicationCoverPdf. Acesso em: 16 jul. 2022.

DANESI, Luiz Carlos; SOUZA, Ronaldo Vieira de; GÜTHS, Henrique; ARAÚJO, Eduardo Bugallo de. O Ensino da sustentabilidade em instituições comunitárias de ensino superior na perspectiva da Triple Botton Line. **Brazil Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 96464-96475, dec. 2020. DOI 10.34117/bjdv6n12-223. Disponível em: <https://svr-net20.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/2806/1/rvsouza.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2022.

DÓLAR Comercial. In: UOL ECONOMIA. **Câmbio**. [S. l.], 5 ago. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/>. Acesso em: 7 ago. 2022.

ECHART, E. **Relações Internacionais**. In: Batista, C e Echart, E. “Teoria e Prática da Política”. Appris, 2017.

EL-JAICK, Mônica Berçot. **O direito à educação à luz da economia comportamental: alguns limites e possibilidades**. Orientador: André Rodrigues Cyrino. 2021. 101 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/bitstream/1/18072/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20M%C3%B4nica%20Ber%C3%A7ot%20El-Jaick%20%20-%20%202021%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2022.

EMBED. **Can Public Spaces Bring Societies Together (English)**. Report 154917. Washington, D.C.: World Bank Group, 06 nov. 2020. 4 p. v. 1. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/562371607605188452/can-public-spaces-bring-societies-together>. Acesso em: 5 ago. 2022.

_____. **Changing Aspirations and Stereotypes in the Maldives (English)**. Report 136668. Washington, D.C.: World Bank Group, 01 may 2019. 4 p. v. 1. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/804051557246387602/changing-aspirations-and-stereotypes-in-the-maldives>. Acesso em: 4 ago. 2022.

_____. **Fostering Skills for Young Women in Argentina (Spanish)**. Report 147832. Washington, D.C.: World Bank Group, 06 mar. 2020b. 4 p. v. 1. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/875511588949015687/fostering-skills-for-young-women-in-argentina>. Acesso em: 3 ago. 2022.

_____. **Improving Student Outcomes for Only Twenty Cents (English)**. Report 123251. Washington, D.C.: World Bank Group, 05 feb. 2018a. 4 p. v. 1. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/866351517954088018/improving-student-outcomes-for-only-twenty-cents>. Acesso em: 5 ago. 2022.

_____. **Increasing Service Uptake for Unemployed Youth in Argentina (Spanish)**. Report 147834. Washington, D.C.: World Bank Group, 06 apr. 2020c. 4 p. v. 1. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/189401588950387347/increasing-service-uptake-for-unemployed-youth-in-argentina>. Acesso em: 3 ago. 2022.

_____. **Instilling a Growth Mindset in South Africa (English)**. Report 132142. Washington, D.C.: World Bank Group, 01 nov. 2018b. 4 p. v. 1. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/731961542391505661/instilling-a-growth-mindset-in-south-africa>. Acesso em: 4 ago. 2022.

_____. **How to Encourage School Principals Not to Play Hooky (English)**. Report 125816. Washington, D.C.: World Bank Group, 25 apr. 2018c. 4 p. v. 1. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/828801524830677726/how-to-encourage-school-principals-not-to-play-hooky>. Acesso em: 5 ago. 2022.

_____. **Social Multipliers at Work: Improving Children's Outcomes Through Aspirations and Role Models (English)**. Report 132142. Washington, D.C.: World Bank Group, 01 jan. 2018d. 4 p. v. 1. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/573781516874254400/social-multipliers-at-work-improving-childrens-outcomes-through-aspirations-and-role-models>. Acesso em: 4 ago. 2022.

_____. **Using CBT Training to Improve Mental Health of SME Entrepreneurs in Pakistan (English)**. Report 146039. Washington, D.C.: World Bank Group, 29 jan. 2020d. 4 p. v. 1. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/428501581614353398/using-cbt-training-to-improve-mental-health-of-sme-entrepreneurs-in-pakistan>. Acesso em: 5 ago. 2022.

_____; DIE. **Using Behavioral Science to Increase Recycling in Argentina (English)**. Report 140792. Washington, D.C.: World Bank Group, 14 aug. 2019. 4 p. v. 1. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/361881565963209840/using-behavioral-science-to-increase-recycling-in-argentina>. Acesso em: 3 ago. 2022.

ENGELHARDT, Marie von. The Millennium Development Goals and Human Rights at 2010 – An Account of the Millennium Summit Outcome. **Goettingen Journal of International Law**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 1129-1146, 2010.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International Norm Dynamics and Political Change. **International Organization**, [s. l.], v. 52, n. 4, p. 887-917, Autumn 1998.

FJG. Travessia + Legal. **Projetos**, Rio de Janeiro, RJ, [s. d.]. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/9430379/4234102/PAPERTRAVESSIALEGAL.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2022.

FUKUDA-PARR, Sakiko. Delivering the vision of the Millennium Declaration. In: OCDE. **Development Co-operation Report 2013: Ending Poverty**. Paris: OCDE Editora,

2013. cap. 12, p. 123-130. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/dcr-2013-16-en.pdf?expires=1632275274&id=id&accname=guest&checksum=14BDF2433FAF394FDE73C07E1C3DD843>. Acesso em: 21 set. 2021.

GADOTTI, Moacir. Significado e Desafio da Educação Básica. *In: EDUCATION FOR ALL: A CHALLENGE FOR DEMOCRACY AND HUMAN RIGHTS*, 1991, New Delhi, India. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 1991.

GIZ. **Cómo implementar los ODS en las ciudades**: Un manual introductorio para quienes trabajan en el ámbito del desarrollo urbano sostenible. [S. l.: s. n.], 2018.

GTSC A2030. **VI Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**: Brasil. [S. l.: s. n.], 2022.

GUTERRES, António. A Agenda 2030 é a nossa Declaração Global de Interdependência. *In: PLATAFORMA AGENDA 2030. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. [S. l.], [entre 2017 e 2020]. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 21 set. 2021.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. The Rise of Human Rights Issue in the Post-Cold War World: The Vienna Conference (1993). **The Age of Human Rights Journal**, [s. l.], p. 86-108, June 2014.

HULME, David. The Making of the Millennium Development Goals: Human Development Meets Resultsbased Management In an Imperfect World. **Brooks World Poverty Institute: BWPI Working Paper 16**, Manchester, UK, December 2007.

_____ ; FUKUDA-PARR, Sakiko. International Norm Dynamics and ‘the End of Poverty’: Understanding the Millennium Development Goals (MDGs). **Brooks World Poverty Institute: BWPI Working Paper 96**, Manchester, UK, June 2009.

INOVAR. *In: MICHAELIS*. Editora Melhoramentos Ltda., 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=innovar>. Acesso em: 26/07/2022.

KAHNEMAN, Daniel; KNETSCH, Jack L.; THALER, Richard H. Anomalies: The Endowment Effect, Loss Aversion, and Status Quo Bias. **Journal of Economic Perspectives**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 193-206, Winter 1991.

_____ ; TVERSKY, Amos. Prospect Theory: An Analysis of Decision Under Risk. **Econometrica**, [s. l.], v. 47, n. 2, p. 263-291, mar 1979.

KHOR, Martin. The Rio+20 Summit and its Follow Up: The Rio+20 summit from 13 to 22 June was disappointing to many, but it could still succeed through the mandated follow-up actions. The South Centre’s Executive Director gives an in-depth assessment. **SouthViews**, [s. l.], n. 19, 17 jul. 2012.

LERNER, Jorge Dryjanski; ARIAS, Mariana Garza. Nudging in Developing Nations. *In: SAMSON, Alain (ed.). The Behavioral Economics Guide 2017*. [S. l.]: Behavioral Science

Solutions Ltd, 2017. cap. Applications, p. 66-73. ISBN 2398-2020. Disponível em: www.behavioraleconomics.com. Acesso em: 31 jul. 2022.

LIBERTÁRIO. *In*: MICHAELIS. Editora Melhoramentos Ltda., 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/libert%C3%A1rio/>. Acesso em: 30/07/2022.

LIMA, Rodrigo Torres de Araújo. **A participação da sociedade civil organizada na formulação da política externa brasileira**: as conferências sociais da ONU da década de 1990. Orientador: Maria Izabel Valladão de Carvalho. 2011. 116 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8950>. Acesso em: 5 jul. 2022.

LUCCA, Juan B. “La comparación en un mundo globalizado”. **Boletín de Política Comparada**, n. 1, 2008

MENEGUIN, Fernando B.; ÁVILA, Flávia. A economia comportamental aplicada a políticas públicas. *In*: ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria (org.). **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. 1ª. ed. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015. cap. Economia Comportamental e Experimental por Pesquisadores Brasileiros, p. 209-220. ISBN 978-85-5629-000-7. Disponível em: www.economiacomportamental.org. Acesso em: 31 jul. 2022.

MONGIN, Philippe. Expected Utility Theory. *In*: DAVIS, John; HANDS, Wade; MAKI, Uskali (ed.). **Handbook of Economic Methodology**. [S. l.]: Edarwd Elgar, 1998. p. 342-350. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/MONEUT>. Acesso em: 29 set. 2021.

MONROY C., Daniel A. Nudges y decisiones inconscientes: sesgo de statu quo y políticas públicas en Colombia. **Desafíos**, Bogotá (Colombia), v. 29, n. 1, p. 211-247, Semestre I 2017.

MORESI, Eduardo (org.). **Metodologia de Pesquisa**. Brasília - DF: [s. n.], Mar 2003. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2022.

NAGATSU, Michiru. History of Behavioral Economics. *In*: WRIGHT, James D. (ed.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. 2nd. ed. Oxford: Elsevier, 2015. v. 2, p. 443-449. ISBN 9780080970868.

NANDA, Ved P. The Journey from the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals. **Denver Journal of International Law & Policy**, [s. l.], v. 44, n. 3 Spring, January 2016.

NARU, Faisal. **Now! 200 plus on the BI World Map! @CassSunstein @R_Thaler Free to use (w/ credit) and see more work on #BehavioralEconomics #Nudge at <http://oe.cd/nudge> If you want to be on the map, get in touch! Great work @FilippoCavassi1 @JamesRDrummond**. 8 ago. 2018. Twitter: @faisal_naru. Disponível em: https://twitter.com/faisal_naru/status/1027162896340578304. Acesso em: 31 jul. 2022.

NUDGE. *In*: CAMBRIDGE DICTIONARY. Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/nudge>. Acesso em: 30/07/2022.

OCDE. Development Assistance Committee. **Shaping the 21st Century: The Contribution of Development Co-operation**. Paris, mai. 1996.

OLIVEIRA, Lucas Rebello de; MEDEIROS, Raffaella Martins; TERRA, Pedro de Bragança; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Produção**, [s. l.], v. 22, ed. 1, p. 70-82, Jan./Fev. 2012. DOI 10.1590/S0103-65132011005000062. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/rm7ny98HNftrnRMJpFLddGm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2022.

ONU. Statistics Division. **Methodology: Standard country or area codes for statistical use (M49)**. New York, NY, 2022. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/methodology/m49>. Acesso em: 7 ago. 2022.

_____. **Resolução 55/2**. AG Index: A/RES/55/2, 18 set. 2000.

_____. 22/06/2012. **The future we want**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2012.

_____. **We can end poverty: Millennium Development Goals and Beyond 2015**. [S. l.], ca. 2015. Disponível em: <https://www.un.org/millenniumgoals/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ONU BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.], 15 set. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 8 ago. 2022.

_____. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 17 jul. 2022.

ORTIZ, Isabel; CUMMINS, Matthew. Global Inequality: Beyond the Bottom Billion: A Rapid Review of Income Distribution in 141 Countries. **UNICEF Social and Economic Policy Working Paper**, [s. l.], 6 abr. 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1805046. Acesso em: 25 set. 2021.

PAES, Eduardo. Carta do Prefeito. *In*: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2021. cap. 1.1, p. 15-16. Disponível em: <https://pds-perj.hub.arcgis.com/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PATERNALISMO. *In*:MICHAELIS. Editora Melhoramentos Ltda., 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/PATERNALISMO/>. Acesso em: 30/07/2022.

PCRJ. **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2021. Disponível em: <https://pds-pcrj.hub.arcgis.com/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

POOLEY, Jefferson D. A “Not Particularly Felicitous” Phrase:: A History of the “Behavioral Sciences” Label. **Serendipities: Journal for the Sociology and History of the Social Sciences**, [s. l.], ed. 1, p. 38-81, 2016. Disponível em: <https://unipub.uni-graz.at/serendipities/content/titleinfo/1314316/full.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Governo. **Consolidado das Contribuições Enviadas pela Sociedade Civil para o 1º Relatório Nacional Voluntário Brasileiro sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.: s. n.], 2017a.

_____. Despachos do Presidente da República nº 743, de 27 de dezembro de 2019. Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 21, de 2019-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023". **Diário Oficial da União: Despachos do Presidente da República**, [S. l.], 27 dez. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despachos-do-presidente-da-republica-235856790>. Acesso em: 21 jul. 2022.

RIBEIRO, Marize da Silva Queiroz; ALVES, Rosane Martins. Experimento no bairro da Tijuca (RJ) por aplicação da metodologia *nudge* com vistas à melhoria na acessibilidade do pedestre. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO E TRANSPORTE DA ANPET, 34., 2020, Online. **Anais eletrônicos** [...] 2020. p. 2204 – 2215. Disponível em: http://www.anpet.org.br/anais34/documentos/2020/Planejamento%20Territorial%20do%20Transporte/Mobilidade%20e%20Acessibilidade/6_290_AC.pdf. Acesso em: 31 jul. 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3ª. ed. rev. e aum. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1999. ISBN 85-224-2111-0. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034822/mod_resource/content/1/Texto%20-%20Pesquisa%20social.pdf. Acesso em: 7 ago. 2022.

ROGERS, Katrina; HUDSON, Barclay. The Triple Bottom Line: The Synergies of Transformative Perceptions and Practices for Sustainability. **OD Practitioner**, [s. l.], v. 43, n. 4, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283710434_The_Triple_Bottom_Line_The_Synergies_of_Transformative_Perceptions_and_Practices_for_Sustainability_with_Barclay_Hudson_OD_Practitioner_Fall_2011. Acesso em: 28 set. 2021.

RUBINSTEIN, Helena. Innovating With Users in Mind: Applying Behavioural Science to Innovation. In: SAMSON, Alain (ed.). **The Behavioral Economics Guide 2020**. [S. l.]: Behavioral Science Solutions Ltd, 2020. cap. Applications, p. 113-122. ISBN 2398-2020. Disponível em: www.behavioraleconomics.com. Acesso em: 31 jul. 2022.

SANCHES, Eder Angelo; MACÊDO BARBALHO, Sanderson César; REGINA MARTIN, Adriana. Dynamics and organizational performance: The effect of “nudge” on public policies to support innovation in Brazil. **R&Designing Innovation: Transformational Challenges for Organizations and Society**, Milan, Italy, 30 jun. - 4 jul. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Sanderson->

Barbalho/publication/326274850_Dinamics_and_organizational_performance_The_effect_of_nudge_on_public_policies_to_support_innovation_in_Brazil/links/5b43ecfaaca2728a0d68999/Dinamics-and-organizational-performance-The-effect-of-nudge-on-public-policies-to-support-innovation-in-Brazil.pdf. Acesso em: 29 set. 2021.

SÁNCHEZ, Luis E.; CROAL, Peter. Environment Impact Assessment, From Rio-92 to Rio+20 and Beyond. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. XV, n. 3, p. 41-54, Set.-Dez. 2012.

SAMSON, Alain. Glossário. In: ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria (org.). **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. 1. ed. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015. p. 363-286. ISBN 978-85-5629-000-7. Disponível em: www.economiacomportamental.org. Acesso em: 6 ago. 2022.

_____. Behavioral Economics in Perspective: Behavioral Science and Public Policy. In: SAMSON, Alain (ed.). **The Behavioral Economics Guide 2016**. [S. l.]: Behavioral Science Solutions Ltd, 2016. cap. Part 1 - Editorial, p. 8-9. ISBN 2398-2020. Disponível em: www.behavioraleconomics.com. Acesso em: 31 jul. 2022.

SANTOS, Diego L. C. de Souza et al. **Modelo Estrutura, conduta e desempenho como base para formulação de estratégias**. ENEGEP. João Pessoa – PB, 2016.

SARTORI, Giovanni. **A Política**. Ed. UnB, Brasília, 1979.

SENNA, Carolina Uehara. **NudgeRio: Inovação para além do Corcovado?**. Orientador: Marta Ferreira Santos Farah. 2022. 19 f. Caso de ensino (Mestre em Gestão e Políticas Públicas) - Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas (EASP-FGV), São Paulo, 2022.

SIMON, Herbert. A Behavioral Model of Rational Choice. **The Quarterly Journal of Economics**, [s. l.], v. 69, n. 1, p. 99-118, fev. 1955. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1884852>. Acesso em: 29 set. 2021.

SOHN, Louis B. The Stockholm Declaration on the Human Environment. **The Harvard International Law Journal**, [s. l.], v. 13, n. 3, Summer 1973.

SOUZA, Celina. Política Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SUNSTEIN, Cass R.. *Nudging*: um guia muito breve. In: ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria (org.). **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. 1. ed. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015. p. 110-115. ISBN 978-85-5629-000-7. Disponível em: www.economiacomportamental.org. Acesso em: 6 ago. 2022.

THALER, Richard H. **Misbehaving**: A construção da economia comportamental. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

_____. Nudge, not sludge. **Science**, [s. l.], v. 361, n. 6401, p. 431, 3 ago. 2018. DOI 10.1126/science.aau9241. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/361/6401/431>. Acesso em: 30 jul. 2022.

_____; SUNSTEIN, Cass R. Libertarian Paternalism. **The American Economic Review**, [s. l.], v. 93, n. 2, p. 175-179, May 2003.

_____. **Nudge: The final edition**. 1. ed. New York: Penguin Books, 2021.

THE FIRST world conference on the environment. In: ONU. **United Nations Conference on the Human Environment, 5-16 June 1972, Stockholm**. [S. l.], ca. 2022. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>. Acesso em: 3 jul. 2022.

TREVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1987. ISBN 85-224-0273-6. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 7 ago. 2022.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases. **Science**, [s. l.], v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 27 set. 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1738360>. Acesso em: 29 jul. 2022.

_____. The Framing of Decisions and the Psychology of Choice-. **Science**, [s. l.], v. 211, n. 4481, p. 453-458, 30 jan. 1981. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1685855>. Acesso em: 29 jul. 2022.

_____. Advances in Prospect Theory: Cumulative Representation of Uncertainty. **Journal of Risk and Uncertainty**, [s. l.], v. 5, p. 297-323, 1992.

WCG. After school project. In: OCDE. **Behavioural Insights and Public Policy: Lessons from Around the World**. Paris: OECD Publishing, 2017a. p. 96-101. ISBN 978-92-64-27048-0. Disponível em: [hyyp://dx.doi.org/10.1787/9789264270480-en](https://dx.doi.org/10.1787/9789264270480-en). Acesso em: 5 ago. 2022.

_____. Energy efficiency project. In: OCDE. **Behavioural Insights and Public Policy: Lessons from Around the World**. Paris: OECD Publishing, 2017b. p. 112-115. ISBN 978-92-64-27048-0. Disponível em: [hyyp://dx.doi.org/10.1787/9789264270480-en](https://dx.doi.org/10.1787/9789264270480-en). Acesso em: 5 ago. 2022.

_____. Public safety pilot. In: OCDE. **Behavioural Insights and Public Policy: Lessons from Around the World**. Paris: OECD Publishing, 2017c. p. 259-261. ISBN 978-92-64-27048-0. Disponível em: [hyyp://dx.doi.org/10.1787/9789264270480-en](https://dx.doi.org/10.1787/9789264270480-en). Acesso em: 5 ago. 2022.

_____. Walk for Health: Healthy Lifestyles Pilot. In: OCDE. **Behavioural Insights and Public Policy: Lessons from Around the World**. Paris: OECD Publishing, 2017b. p. 256-258. ISBN 978-92-64-27048-0. Disponível em: [hyyp://dx.doi.org/10.1787/9789264270480-en](https://dx.doi.org/10.1787/9789264270480-en). Acesso em: 5 ago. 2022.